

SESSÕES DO PLENÁRIO

35ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de dezembro de 2020. Sessão realizada por meio virtual.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora marcada, 10h30, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Carlos Geilson, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Laerte do Vando, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 23.994/2020, de procedência do Poder Executivo.

Aqui, há o requerimento:

(Lê) “Requerimento

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do estado da Bahia

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92, do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:

O Requerimento de Urgência nº 9.696/2020 para o Projeto de Lei nº 24.042, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, na forma que indica.

Projeto de Lei nº 23.994/2020 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2020-2023, instituído pela Lei nº 14.172, de 6 de novembro de 2019, e dá outras providências.”

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não há orador inscrito no Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador, pelo tempo de 2 minutos.

Abra o microfone do deputado Hilton, por favor!

Deputado Hilton, V. Ex.^a com a palavra.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu vou transformar a minha fala numa questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Abra o microfone do deputado Hilton!

O Sr. Hilton Coelho: Oi...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agora, sim.

Pois não, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: Não, presidente, eu quero transformar minha fala numa questão de ordem para pedir um esclarecimento. O projeto que vamos votar agora, nesta sessão, não é o projeto... a revisão do PPA?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É a revisão do PPA. Só que, por precaução, no caso de cair, de alguma situação dessa aí, o deputado Rosemberg calçou a sessão.

O Sr. Hilton Coelho: Ah, entendi! Então, pode ser que seja tratado numa segunda sessão. E os outros dois projetos para essa segunda sessão, seriam quais?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Só é o requerimento de urgência. Calçou o PPA e o Requerimento de Urgência nº 9.696/2020 para o Projeto de Lei nº 24.042, também de 2020, de autoria do Poder Executivo.

O Sr. Hilton Coelho: E é o da LDO, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, é um projeto de diversificação de taxas. É a urgência, o requerimento de urgência.

O Sr. Hilton Coelho: Está bem. Está O.k., presidente. Obrigado pelo esclarecimento. Era só isso que eu tinha a dizer. Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou o líder do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria dizer que estou já liberado pelo serviço médico. Graças a Deus, eu consegui passar esses 15 dias no isolamento, em que pese eu ter participado de todas as atividades da Casa.

O infectologista, Dr. Robson, me liberou, informando que eu não tive nenhum tipo de intercorrência. Nas últimas 72 horas, não senti nenhum tipo de problema. Aliás, não senti problema hora alguma da parte do que foi diagnosticado. Onze dias depois de diagnosticado, eu estava apto. E hoje eu estou no 13º dia que foi diagnosticado. Então, graças a Deus estou liberado.

Quero agradecer pelas palavras a todos os deputados e deputadas. Eu sei da sua... (inaudível) ...e tal, e conversou comigo sobre isso. Então, agradecer a cada um pelas orações, pelas palavras.

E estou já, agora, à vontade para continuar fazendo o trabalho, até presencial.

Sr. Presidente, quero informar que nós utilizaremos o mesmo procedimento: vamos deixar apenas a última representação partidária, caso haja necessidade, para que a gente possa fazer uma fala.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.

Com a palavra o nobre líder da Minoria ou o do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

Eu só queria combinar aqui as inscrições dos Srs. Deputados. Então, como...

Nós faremos daquele mesmo modo, deputado Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis: Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a vai indicar os nomes ou eu espero as inscrições?

O Sr. Sandro Régis: Espera as inscrições, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, pronto.

Então, já estão abertas as inscrições. Quem quiser usar a palavra, por favor, vai informando, que a nossa querida Rita estará colhendo os nomes dos parlamentares que desejam discutir.

O Sr. Sandro Régis: Eu falarei, Sr. Presidente. Eu falarei nos 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha querida amiga deputada Jusmari Oliveira, presidente da Comissão de Agricultura, da qual eu tenho muito orgulho de fazer parte pela condução de V. Ex.^a, de todos os membros, tanto do Governo como da Oposição. É uma comissão que tem se mostrado e se pautado como uma comissão que não tem cor partidária, e, sim, uma comissão que defende o nosso agronegócio.

Falo até, aqui, agora, como produtor rural, que todos sabem que sou. Estou deputado, mas venho como produtor rural das origens dos meus bisavós, não é? E o

que é, realmente, que move, o amor maior dentro do meu sangue é a vontade de produzir, a vontade de cultivar. Enfim, mesmo sendo um sofredor, o que nos faz ter, nos momentos difíceis da vida, nossa paz espiritual e nossa alegria é quando estamos na propriedade da nossa família.

E na sessão passada, quando o deputado Tiago Correia, veterinário, um dos maiores pecuaristas da Bahia – não sei se é, até, do Brasil, se juntar ele e o sogro dele – e que vem defendendo muito essa questão do Parque de Exposições, juntamente comigo, juntamente com tantos outros parlamentares que têm um envolvimento na atividade...

Nós fizemos aquela discussão e levamos a nossa preocupação: que o PPA não estava sugerindo que a agricultura e a pecuária fossem prioridades. E foi aquela discussão ampla em que diversos deputados, no seu papel de governistas, defenderam.

Nós, deputados da Oposição, na minha pessoa, na pessoa de Alan e na pessoa de Tiago, especificamente, mostramos as indicações, dentro do que foi passado, do que esta Casa aprovou no primeiro turno, com os votos do Governo.

E, quando acabou a sessão, eu fui tomado de surpresa, e até questionei a presidente da Comissão de Agricultura, deputada Jusmari, quando diversos sindicatos rurais nos ligaram do interior, passaram mensagens – sindicatos rurais dos produtores, é claro –, perguntando se a questão do Parque de Exposições tinha sido equacionada.

Porque o nosso amigo, ex-secretário da Casa, também um dos grandes conhecedores da agricultura do nosso estado, o deputado Eduardo Salles disparou para toda a Bahia – e acredito que a Federação da Agricultura do Estado da Bahia pegou essa mensagem e encaminhou para os sindicatos rurais dos produtores de todo o nosso estado –, afirmando que a questão do Parque de Exposições tinha sido resolvida. Ou seja, que a pedido dele, do deputado Eduardo, juntamente com o deputado Rosemberg Pinto, líder do Governo, já tinham separado 10 hectares da área do parque. Para que o parque fosse vendido, que fossem desmembrados esses 10 hectares para o novo Parque de Exposições.

Fiquei surpreso, porque, para mim, teria de passar pela Assembleia tanto esse projeto de desmembramento do terreno como a venda. Mas quero, aqui, logo de antemão, dizer que tenho a certeza de que a Bancada da Oposição não irá se furtar se o problema for resolvido realmente.

Então, primeiro, eu queria saber da presidente da Comissão da Agricultura, que é a deputada Jusmari, ela que é uma presidente atuante, da Base do Governo... acredito que ela nos teria passado, a mim, como vice-presidente, ao deputado Paulo Câmara, que faz parte da comissão, ao deputado Pedro Tavares, da Oposição, e a tantos outros.

E saber também do líder Rosemberg e do nosso ex-secretário Eduardo se realmente já houve esse consenso. Até para que nós, parlamentares, possamos falar nos nossos municípios.

Porque houve um alvoroço muito grande. Recebi várias mensagens de sindicatos rurais, de amigos produtores, da turma do cavalo, do pessoal da ovinocultura, da

caprinocultura, enfim, da turma que gera o PIB no nosso estado, que vem sustentando a atividade do agronegócio de uma forma, muitas vezes... este ano até se sacrificou para manter seus funcionários. Falo até por mim e por meu pai das dificuldades que todos nós tivemos para produzir este ano devido à pandemia, mas estava todo mundo no campo, na atividade, produzindo para não deixar faltar alimentação na mesa das pessoas.

E eu me senti surpreso, mas, ao mesmo tempo, me senti feliz.

E queria ouvir da boca do líder Rosenberg se, realmente, já está resolvido esse problema para que nós possamos passar essa situação para nossos amigos produtores, nossos amigos criadores. Porque todos ficaram muito... como posso dizer a vocês, deixem-me buscar, aqui, a palavra exata... foram tomados de surpresa, porque tem sido uma luta muito grande essa questão do Parque de Exposições.

Inclusive, eu e o deputado Paulo Azi já tínhamos entrado com uma ação para impedir a venda.

E se, realmente, deputado Rosenberg e deputado Eduardo, já se concretizou esse comum acordo, se nós já temos a certeza de que serão tirados os 10 hectares do terreno, como o deputado Eduardo afirmou em sua nota, afirmando que o deputado Rosenberg já garantiu, nós temos até que celebrar e comemorar como produtores, como pessoas que estamos envolvidas na atividade do agronegócio, e não deixará de ser uma conquista.

E aproveito também, deputado Rosenberg, para perguntar a V. Ex.^a onde serão esses 10 hectares que serão retirados da área do Parque de Exposições, para nós termos a convicção de que, realmente, esses 10 hectares irão atender aos produtores. Inclusive alguns sindicatos sugeriram, deputado Rosenberg, marcar com V. Ex.^a uma ida ao terreno para V. Ex.^a já mostrar onde serão esses 10 hectares.

Porque se isso acontecer, é uma conquista! Se esses 10 hectares realmente saírem e tiverem os investimentos para se fazer um novo parque, acredito que atenda à nossa classe de produtores. Então, até pela sugestão que eu dei à deputada Jusmari antes da sessão começar... Porque eu acho que isso será uma conquista da Casa e não de deputado “a”, “b” ou “c”, não é? Até sugeri à deputada Jusmari, como presidente da comissão, soltar uma nota afirmando essa conquista de ajudar a conciliar esse problema tão grave entre o governo do estado e os produtores, o que também foi um compromisso de nossa Comissão de Agricultura da Casa.

Então, a minha fala, neste momento, é sobre isso. É sobre esse questionamento. Se, realmente, deputado Rosenberg, já está tudo certo, se já tem área definida, se V. Ex.^a já pode marcar com os criadores, com os produtores, para que V. Ex.^a mostre esses 10 hectares dentro do Parque de Exposições. E se a nossa presidente Jusmari, como presidente da Comissão de Agricultura, pode fazer uma nota em nome da ALBA, não individualmente, em nome de nenhum parlamentar, para mostrar aos produtores que o nosso Parlamento, que a nossa comissão está realmente preocupada em atender aos anseios da classe que produz e que gera emprego na Bahia, que é o agronegócio.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como o líder Rosemberg já disse que ninguém vai falar pelo horário do PSB, concedo a palavra ao deputado, querido Sandro Régis, líder da Minoria, ou então ao líder do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Falará por todo o tempo, deputado Nelson Leal, o deputado Tiago Correia, que também foi pego de surpresa com essa nota e tem sido questionado por parte dos estados onde ele ou a família têm suas propriedades, que não são poucos lugares, V. Ex.^a sabe disso. E o deputado Tiago Correia também não sabe o que falar.

Acho que ele está com esse mesmo questionamento. E como veterinário, como um cara muito ligado ao setor, não só pelo seu tamanho de produtor, mas também por ser um parlamentar atuante, eu acredito que o deputado Tiago esteja, também, com algumas dúvidas sobre essa questão do Parque de Exposições.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Tiago, já que V. Ex.^a está preocupado, principalmente por causa das inúmeras propriedades, com a palavra, V. Ex.^a

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, bom dia! Bom dia a todos os colegas, a todos os servidores desta Casa que tão bem têm atuado neste momento de pandemia, Sr. Presidente, fazendo com que possamos continuar com as atividades legislativas. Eu queria, aqui, saudar a todos: o pessoal da TV ALBA, o Cerimonial, enfim, todos os servidores que nos tem ajudado nesse período tão difícil. E têm ajudado, consideravelmente, o estado, no momento em que nós não interrompemos as nossas atividades.

Mas, Sr. Presidente, quando ouço o líder Sandro Régis falar sobre o fechamento do Parque de Exposições, sobre essa proposta do governo de vender o Parque de Exposições – assunto muito debatido nesta Casa – eu fico muito preocupado, Sr. Presidente. Como todos sabem, eu sou veterinário. Formei-me na Universidade Federal da Bahia, aqui em Salvador, na Ufba, e, desde o primeiro ano em que ingressei na faculdade, vivi todos os anos do meu curso passando muito tempo no Parque de Exposições durante as exposições. Não só eu, mas diversos colegas. Durante as exposições, praticamente morávamos, desde a sexta-feira, muitas vezes desde quinta-feira, recepcionando os animais que adentravam o parque.

Passávamos a semana inteira dormindo, inclusive, nas dependências da EBDA que ainda existem no fundo do parque, apesar de a EBDA, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, ter sido extinta pelo governo do estado. Essa empresa tão importante, que tinha um corpo técnico super qualificado, profissionais que fizeram história na Bahia e no Brasil produzindo conteúdo, disseminando tecnologias, levando ao homem do campo, principalmente aos pequenos produtores, as boas tecnologias. E nós sabemos que o governo do estado acabou com a EBDA.

A EBDA, inclusive, que tinha diversas fazendas experimentais que eram bancos genéticos multiplicadores para o nosso estado: a Fazenda Manoel Machado, em Itambé, com o Nelore; a Fazenda Mocó, próxima a Feira de Santana, com o jumento Pêga; Gir, enfim. Nós tínhamos rebanhos de Guzerá, diversos rebanhos que disseminavam material genético de qualidade pelo estado, principalmente, volto a reafirmar, aos pequenos produtores. Nós tínhamos o Programa Cabra Forte, Sr. Presidente, que atendeu a mais de 28 mil famílias em nosso estado, o maior programa de disseminação de material genético do Brasil. Não só de material genético, mas também das técnicas agrícolas que fizeram reduzir enormemente a mortalidade dos rebanhos de caprinos e ovinos em nosso estado, aumentando a produtividade do pequeno produtor. Enfim, tudo isso foi por água abaixo.

O último órgão não mais importante do que os outros é a Adab, que venho aqui massificando nos meus discursos, trazendo a problemática da Adab: a ausência dos concursos, o quadro técnico que precisa ser renovado, a falta de estrutura. É a Agência de Defesa Agropecuária Animal que é, eu diria, talvez a mais importante agência de defesa de saúde do nosso estado, porque ela não cuida só da saúde animal, cuida da saúde humana, no momento em que nós entendemos a saúde plena, que nós nos alimentamos de produtos de origem animal e origem vegetal. Além de cuidar do patrimônio dos produtores rurais, no momento em que ela mantém distante das nossas propriedades doenças que trazem prejuízos enormes. Não só fisicamente, no momento em que acometem os rebanhos, mas economicamente, no momento em que impõem barreiras comerciais ao nosso estado. E nós vemos a agricultura do nosso estado sendo tratada dessa forma há muitos anos.

E como o líder Sandro Régis colocou, fomos surpreendidos pelo governador quando ele vem à imprensa dizer que vai vender o Parque de Exposições. Ora, Sr. Presidente, seríamos uma das poucas capitais do país que não teria um parque de exposições. E ele vem à imprensa dizer que boi não pega metrô. Eu já falei, na última sessão, que pega, sim. No momento em que a pessoa que pega o seu metrô, às 4 horas da manhã, ela tomou o café que foi produzido no município de Barra do Choça, ela bebeu o leite que foi produzido em São Sebastião do Passé. Ela comeu o queijo, ela comeu o ovo, ela comeu o frango, enfim, Sr. Presidente. Então, o boi, que ele disse que não pega, sim.

Nós temos, aqui, no nosso Parque de Exposições, o maior centro disseminador de tecnologias, das novas tecnologias, do encontro dos produtores, da possibilidade da população urbana de Salvador... Crianças que acham que leite é produzido em caixinha que chega na prateleira do supermercado, provavelmente vindo de alguma indústria, vão saber de onde vem o leite, vão saber o que é uma vaca, vão conhecer uma galinha. Então, dá oportunidade a diversas crianças de conhecerem o que é o meio rural. E isso é feito em todas as exposições, no momento em que existem convênios com escolas, principalmente públicas, que levam os alunos.

Além de toda a área agrícola e pecuária, que eu não preciso ficar aqui discorrendo, acontece a troca de informações nessas feiras, acontecem as vendas de equipamentos agrícolas, de maquinários. Inclusive, as grandes promoções acontecem

nessas feiras. E o movimento de dinheiro em nosso estado é muito grande. Os dois leilões que disseminam tecnologia e animais melhoradores genéticos por todo o estado acontecem nessas feiras. Então, realmente, é a casa do produtor rural. Apesar de Salvador não ser uma cidade produtora, inúmeros produtores moram e vivem aqui. Não é à toa que temos diversas casas de produtos agropecuários em nossa cidade que comercializam para todo o estado.

Então, eu diria que esse setor, que movimenta 25% do PIB do nosso estado, realmente, não tem sido levado em consideração pelo governo. O governo não tem tido o carinho que deveria ter com o agronegócio do nosso estado, com o setor produtivo. E, se alguém quiser debater comigo, podemos trazer números concretos do que é a produção agrícola da Bahia. São Desidério é o município que mais produz no Brasil, Sr. Presidente, é o número um no *ranking* de produção agropecuária no Brasil. É o município que mais gerou divisas.

Enfim, eu poderia passar o dia todo falando da produção agropecuária do nosso estado. Falar do café, falar da cana, falar da soja, falar do algodão, falar do cacau do nosso amigo Sandro Régis, enfim, diversos setores que movimentam e que geram emprego. E, principalmente, emprego para uma camada da nossa população que ainda sofre com a falta de condições de conseguir um emprego melhor. Justamente pela falta de investimento em educação e de outras coisas que eu não vou discorrer aqui agora, Sr. Presidente.

Mas, quando percebemos que o governador quer vender o Parque de Exposições sem deixar nenhuma alternativa aos produtores, nós, realmente, chegamos à conclusão de que, diante de tudo que já aconteceu em nosso estado durante este governo e com essa pérola que é colocada pelo governador, realmente, ele não liga para o setor agropecuário.

Nós ouvimos na última sessão sobre a possibilidade do destaque de 10 hectares na área do parque para que fosse construído um novo Parque de Exposições. Não sabemos se isso, realmente, vai acontecer ou se é apenas uma intenção, uma sinalização. Mas já procuramos o prefeito eleito da cidade do Salvador, Bruno Reis, que se disponibilizou a estudar ou a doar uma área para a construção de um novo parque, caso o Parque de Exposições de Salvador venha a ser vendido.

E, realmente, é reforçar essa dúvida do colega Sandro Régis, se, de fato, o Parque de Exposições de Salvador vai ser vendido. Se, de fato, existe essa iniciativa de reservar 10 hectares do atual Parque de Exposições para que seja construído um novo parque. E se isso não for acontecer, se existe alguma ideia do governo do estado, se existe alguma ideia dentre essas pessoas que estão pensando na venda do Parque de Exposições, para uma alternativa para os criadores, para os produtores rurais. Enfim, para as pessoas que vivem da produção agrícola, que geram emprego em nosso estado, pessoas que geram riqueza em nosso estado. Se existe alguma alternativa para esses produtores rurais ou se, realmente, o governo resolveu vender, lavou as mãos e está pouco se lixando para o que os produtores rurais estão achando ou não. Porque, de fato, os produtores rurais sequer conseguiram audiência com o governador do estado para debater o assunto.

Reconheço o esforço do líder do Governo Rosemberg Pinto, que esteve no Parque de Exposições recentemente conversando com os produtores. Recebeu esse pedido de que intercedesse junto ao governo, que tentasse abrir o diálogo, que reservasse esse espaço. Mas, de fato, a gente não sabe se isso é concreto. Essa é a dúvida que fica, e a pergunta que a gente traz é esta: se realmente vai acontecer a separação desse espaço para a construção de um novo Parque de Exposições ou se, de fato, o governo do estado continua com a mesma política que vem perseguindo os produtores rurais, que não dá espaço, que não garante a eles... Pois não, Sr. Presidente, só para concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, pode concluir.

O Sr. TIAGO CORREIA: Mas o que o governo do estado vem fazendo ao longo dos anos é depredar o setor agropecuário do nosso estado. Então, essa é a dúvida que fica, Sr. Presidente, e essas são as minhas palavras. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Olha, eu gostaria de pedir uma orientação ao líder Rosemberg, porque chegaram aqui as solicitações dos seguintes deputados: Eduardo Salles, Olívia Santana e Angelo Almeida.

Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, eu combinei, eu tinha dito aqui que nós deixaríamos o último tempo para nos pronunciarmos e vou fazer isso. Vou fazer contato com a deputada Olívia, com o deputado Angelo e com o deputado Eduardo que já me falou para usarmos... Porque não dá para nós...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O deputado Angelo Almeida pede para utilizar o tempo do PSB.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O tempo do PSB já foi, querido. E nós...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, não, não, não...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nelson, eu fiz uma reunião com líderes e vice-líderes e combinamos esse formato. Então, quero aqui, como líder da Bancada do Governo, manter o que foi combinado com os líderes e vice-líderes para usar um tempo. E vou conversar com os quatro e dividimos esse tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.! Então, deputados Eduardo Salles, Olívia Santana e Angelo Almeida, deputado Rosemberg disse que continuará sem a utilização dos tempos.

Agora, com a palavra... Deputado Prisco, V. Ex.^a pede para falar em nome do PSC, mas só que foi indicado o deputado Tiago Correia. Então, o próximo tempo agora é do PMDB.

Deputado Sandro, V. Ex.^a vai indicar o deputado Prisco?

O Sr. Sandro Régis: O deputado Prisco e o deputado Josafá Marinho.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.

O Sr. Sandro Régis: Qual o tempo que temos? Dez ou onze?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Então, falará por 6 minutos o deputado Prisco e, por 5 minutos, o deputado Josafá Marinho.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Prisco pelo tempo de 6 minutos. Já está com o microfone aberto, deputado.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, bom dia! Bom dia a todos os membros desta Casa. Sr. Presidente, quero fazer uso da fala hoje em um desagravo, uma nota de repúdio, não só à figura do presidente do Tribunal de Justiça da Bahia Lourival Trindade e como à imprensa também, que nada noticiou de um fato tão lamentável como esse.

O presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, um órgão tão sério e que tem o meu apreço simplesmente denegriu a imagem dos policiais, colocou os policiais em situação extremamente difícil na posse dos novos juízes. Imagine, se os juízes estão tomando posse, uma mentalidade do presidente do Tribunal de Justiça colocando os policiais como carrascos, como pessoas violentas, como capitães-do-mato.

Então, deixo aqui o meu desagravo, a minha nota de repúdio em relação a essa fala do presidente Lourival Trindade, eu espero que o presidente do Tribunal de Justiça repense e venha a público retirar essa fala dele que foi extremamente infeliz. Isso não pode ocorrer. Policiais militares não são carrascos, não são capitães-do-mato. Policiais militares são heróis, estão no dia a dia combatendo o crime nesta cidade com todas as condições adversas, sem condições de trabalho, salário péssimo. Então, não podem ser considerados desta forma, não podem ter o desrespeito de uma pessoa tão importante, de um órgão tão importante como o Tribunal de Justiça da Bahia na figura do seu presidente.

Então, deixo aqui o meu desagravo, minha nota de repúdio em relação à posse do presidente quando ele colocou essa situação em relação aos novos juízes que iriam assumir. E a imprensa, porque foi público, foi online, virtual, nada noticiou, nada divulgou. Tenho certeza de que, se fosse o contrário, se algum policial agisse dessa forma, não tenho dúvida nenhuma de que ela estaria falando isso o dia todo.

Sr. Presidente, volto a falar aqui, eu vi agora o governador do estado nomeando o novo secretário da Segurança Pública – eu espero que ele esteja melhor, já que ele está com Covid, que Deus opere e ele volte ao seio de sua família, ao seio do trabalho – e houve a mudança na cúpula da estrutura da Segurança Pública. Chamou a imprensa, fez ali uma nomeação virtual, mas eu não vi o governador do estado da Bahia falar sobre a situação do secretário que saiu, do escândalo que aconteceu na Secretaria da Segurança Pública na Bahia, dentro da Casa do Executivo. Até agora, o silêncio é ensurdecador do governo do estado. Por que esse silêncio? A população da Bahia quer saber. Os números mostram a violência como está.

Então, por que esse silêncio ensurdecedor? É a cúpula da Segurança Pública (inaudível) nada que mencione o fato que ocorreu dentro da Secretaria de Segurança Pública, envolvendo o secretário de Segurança Pública, que está, aí, no governo há 12 anos, 9 anos como secretário e 3 anos como subsecretário, na gestão de César Nunes.

Então, isso aí é um absurdo! A violência na Bahia tem números astronômicos e até agora nenhuma solução foi dada. A troca do secretário foi forçada pela justiça, não foi um ato de exoneração do governador. Já era para ter sido trocado há muito tempo, porque os próprios números antes do escândalo, já faziam a insegurança pública na Bahia reinar, a incompetência dos que estavam na gestão. Então é chegado o momento de tratar a Segurança Pública com seriedade.

Ontem, mais um policial foi baleado no serviço, trocando tiros com marginais, defendendo a população da Bahia. Está agora no Hospital Municipal, lá em Cajazeiras. Para você ver como está também a questão da Saúde na Bahia, a questão dos servidores públicos, é preciso olhar com carinho essa questão dos servidores públicos na Bahia, é um verdadeiro absurdo o que vem acontecendo.

E, para nossa surpresa maior ainda, o governador, além de não tratar a Segurança Pública com respeito, vem agora e encaminha um projeto para esta Casa, do Código de Ética, no apagar das luzes, já que o prazo que o governo federal deu é de 27 de dezembro. O governo da Bahia encaminha projeto totalmente contrário ao que a gente participou na mesa de negociação, que a gente debateu com o governo. À época era o governador Jaques Wagner, o secretário era o Rui Costa, ele tem ciência do projeto. Esse projeto está na Casa Civil, esse projeto foi apresentado por minha pessoa nesta Casa também, como indicação e agora vou pedir o substitutivo do projeto que está aí, porque ele não traz nenhum benefício para a categoria. Uma suspensão de 90 dias de salário! Ele quer que aconteça o quê? Uma tragédia na família do policial militar, isso é um verdadeiro absurdo.

O Código de Ética e o fim da pena restritiva de liberdade são vitórias do povo da Bahia e do povo do Brasil. É o fim da escravidão na Polícia Militar ou, pelo menos, o início dessa luta; pode ser o fim ou pode ser o início dessa luta, porque infelizmente a escravidão ainda reina nas polícias militares do Brasil. Mas é chegada como uma vitória a conquista do Código de Ética e o governador do estado totalmente contrário àquilo que foi discutido na mesa com o próprio governador, com o próprio secretário, hoje governador na época era secretário, assinado pelo secretário hoje governador e mais três secretários de governo e encaminhado para a Casa Civil, agora virou um projeto totalmente diferente. O governo tenha ciência de que isso vai trazer um dano terrível à Segurança Pública.

Nós vamos fazer a luta para mudar essa realidade, não aceitamos um projeto tão indigno como esse. Isso é uma falta de respeito com a nossa categoria. Isso é uma falta de respeito com as pessoas que sentaram à mesa discutiram o projeto durante 6 meses. Foi criado um grupo de trabalho e durante 6 meses esse projeto foi debatido e lá foi aprovado, é bom que os deputados saibam disso. E aí o governo encaminha agora para a Assembleia um projeto totalmente contrário àquele que ele participou, àquele que ele assinou, daquele projeto que seria ideal, que foi discutido pela categoria de forma

democrática. O líder do Governo, Rosenberg, tem ciência desse fato. Eu espero que ele também, como líder do Governo, ajude a categoria nesse sentido, porque esse projeto que foi encaminhado para cá...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir deputado.

O Sr. SOLDADO PRISCO: (...) é horrível. Mais um minuto, presidente, mas rapidinho, presidente. É um projeto horrível. E eu espero que esta Casa valorize aquilo que foi debatido na mesa de forma democrática. É assim, pelo menos parece ser assim, que o Partido dos Trabalhadores disse que senta à mesa, dialoga com os trabalhadores e isso foi feito. À época, parabenizamos, mas agora, para a nossa surpresa, veio essa bomba, esse projeto extremamente danoso para nossa categoria e que nós vamos fazer a luta para mudar essa realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Josafá Marinho, pelos 5 minutos restantes.

Já tem aqui as inscrições dos deputados Sandro, Geilson e Alan Sanches, para discutir no âmbito das comissões.

Com a palavra, o deputado Josafá.

O Sr. JOSAFÁ MARINHO: Bom dia, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Bom dia, deputado.

O Sr. JOSAFÁ MARINHO: Bom dia aos demais deputados e deputadas. É com muito prazer e alegria que venho, na data de hoje, 28 de dezembro, aqui, homenagear a minha cidade, homenagear o meu município, Presidente Jânio Quadros. Hoje, Jânio Quadros está fazendo 59 anos de emancipação e não podia deixar de homenageá-la, falando daqui, da cidade de Jânio Quadros. Cidade onde nasci, me criei, me formei, onde fui professor, depois fui buscar outros horizontes, mas é a cidade que eu amo, uma cidade por que a gente preza e vai lutar muito pelo bem dos moradores e da população de Jânio Quadros.

Jânio Quadros é uma cidade que começou como povoado, que pertencia a Condeúba. Em 1876, o tenente Alípio Ferreira chegava aqui, em Jânio Quadros, e começava a montar um pequeno povoado. Alípio Ferreira era um tenente e naquela época muito se falava, dos militares, que moralizavam, chegavam e faziam, construíam cidades e aqui não foi diferente. Alípio construiu a primeira capela, a primeira capela da Igreja Católica aqui, em Jânio Quadros, e, por ser devoto de São João Batista, isso é história dos nossos irmãos católicos, que a gente respeita de forma contundente, ele criou a capela de São João Batista, e com isso passou a ser chamado, o povoado, naquela época, de São João do Alípio.

Então, São João do Alípio foi formada através dessa história do tenente Alípio Ferreira, mas, em 1944, o município tomou um novo nome. Para não perder a qualidade

da devoção de São João feita pelos católicos, o nome da cidade passou a se chamar Joanina, em 1944, mas, finalmente, em 28 de dezembro de 61, veio o decreto para emancipar Jânio Quadros. Então, Jânio Quadros se emancipou em 1961 e precisamente hoje completa 59 anos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é com muita alegria que eu venho, na data de hoje, homenagear o município no qual eu nasci, no qual me criei, e acima de tudo saber que nós temos muito que avançar ainda neste município. Nós temos, hoje, problemas sérios aqui em Presidente Jânio Quadros, para os quais temos de olhar com toda tranquilidade, com toda cautela, principalmente a respeito da água, porque hoje eu estou aqui em Jânio Quadros, estou na região, e a gente não tem uma água de qualidade, das torneiras daqui só sai água salgada. Isso nós temos de modificar. Já fizemos uma indicação ao governador e também já solicitamos à Embasa, e a Embasa já nos garantiu que até o final de 2021 as obras da adutora de Anagé virão para Jânio Quadros. Portanto, é uma alegria essa notícia, recebi com muita felicidade saber que a Embasa de certo modo está nos dando essa satisfação, vai aumentar a capacidade de vazão da água para chegar nas torneiras da população, isso eu já conferi aqui, vai também perfurar mais alguns poços auxiliares emergenciais, para que o povo de Jânio Quadros tenha essa dignidade.

Portanto, é com muita alegria que, na data de hoje, quero agradecer ao nosso líder Sandro Régis pela oportunidade que nos deu de falar aqui pelo tempo que nós temos e dizer que vamos estar na luta pela qualidade de vida não só de Jânio Quadros, mas também de Maetinga, que também recebe essa água.

Sr. Presidente, muito obrigado. Que Deus possa nos abençoar. E aproveitar aqui, se eu não falar mais, um feliz 2021, que possamos enfrentar esta pandemia, que a vacina possa chegar logo e que nós possamos nos reunir no Plenário, para assim trocarmos nossos abraços e o nosso carinho com todos os deputados e deputadas desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em discussão o Projeto de Lei nº 23.994/2020.

Eu vou passar a palavra ao... A vista foi... Deputado Tiago.... Deputado Alan, V. Ex.^a

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, faltou o último tempo, que eu combinei...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Desculpa, desculpa, perdão, perdão, perdão, deputado Rosemberg. Foi uma falha nossa.

Com a palavra, o nobre líder do Governo e da Maioria para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falarão, por 6 minutos cada, os deputados Rosemberg e Eduardo Salles. O.k.?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado. Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, primeiro, quero dizer ao deputado Tiago que ele, quando faz a avaliação sobre os investimentos na área da agricultura, não separa a Secretaria da Agricultura e a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Só para se ter uma ideia, deputado Tiago, desde o governador Jaques Wagner, quando nós separamos essas secretarias, a Secretaria de Desenvolvimento Rural tem mantido diversos programas.

Com todo o respeito ao Programa Cabra Forte, que tinha uma publicidade muito grande, devo dizer que diversos outros programas fizeram investimentos numa visão similar, mas também com geração de renda para a agricultura familiar, com investimentos em torno R\$ 2 bilhões. Ou seja, nós ampliamos o investimento nessa área, principalmente da agricultura familiar, que V. Ex.^a fala, onde estava calçado o Programa Cabra Forte.

Mas, olha bem, eu queria aproveitar para também falar sobre essa coisa do Parque de Exposições. Conversei com o deputado Eduardo Salles, sei que ele é um entusiasta da manutenção do parque nesse novo formato. Sei que os pecuaristas concordam em se deixar 10 hectares – eu também sou favorável a isso – na cidade de Salvador. Coloquei isso na última sessão, e ele entendeu que eu teria dito que havia uma combinação com o governador sobre esse tema e que já estava batido o martelo. Não! Não disse isso. Se o deputado entendeu... Entendeu até positivamente, porque ele, no afã de resolver essa questão, tem defendido essa tese. Tese que também defendo. Mas isso não está acertado com o governo. Está ainda na fase de discussão, é uma reivindicação que conta com a sensibilidade do governo. Estive com o secretário da Agricultura, que também assimilou essa posição.

Obviamente, nós temos discutido com diversos segmentos dentro do governo para que possamos arredondar essa questão. Espero que possamos ter isso validado pelo governo do estado. Mas é apenas no campo da vontade, porque isso também atende aos interesses dos pecuaristas.

Não vejo nenhum problema que o ex-deputado e futuro prefeito da capital defenda um espaço aqui em Salvador. O governador também tem um espaço próximo a Feira de Santana, que já apresentou como alternativa.

O importante é que todos fiquem satisfeitos e as nossas feiras agropecuárias mantidas, de uma forma que os interesses dos pecuaristas, dos apresentadores etc. sejam atendidos prioritariamente.

Quer o governador, Bruno Reis também já disse que quer, nós queremos aqui na Assembleia. Como todos nós queremos uma solução, teremos a melhor possível. Acho que é isso que faz a Bahia ter esse cenário de pujança da grande agricultura e também da agricultura familiar. Por isso, eu queria dizer que estamos juntos nessa empreitada, deputado Tiago, deputado Eduardo. Tenho convicção de que vamos sair todos vencedores, pois vamos comemorar juntos com os pecuaristas uma saída para aquele espaço ali.

Além do mais, existe um imbróglio que precisa ser resolvido antes – o deputado Tiago tem razão – com relação à titularidade daquele espaço. Lembro-me quando foi feita a permuta daquele espaço, mas não sei como ficou do ponto de vista da titularidade. As associações reivindicam a propriedade, ou seja, o uso do espaço. Eles também entendem que se ficar reservado esse espaço, isso será zerado do ponto de vista das divergências.

Espero que a gente chegue a um bom termo e todo mundo fique satisfeito, inclusive o deputado Eduardo Salles, que é um entusiasta defensor desse espaço. Nós vamos juntos com os deputados Tiago, Sandro, Eduardo... O deputado Paulo Rangel também me ligou, já que ele defende que se tenha um espaço para o segmento da agricultura naquele local.

Era essa a minha fala, no sentido de a gente zerar isso e tocar a vida para frente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre líder do PP, Eduardo Salles. Abram o microfone do nosso querido Eduardo Salles.

O SR. EDUARDO SALLES: Bom dia, presidente, bom dia, colegas deputados.

É um prazer muito grande estar falando com vocês hoje. Quero dizer que ouvi atentamente a fala do amigo deputado Sandro Régis, que é um competente agropecuarista do estado da Bahia e filho do Sr. Élio Régis, que, sem dúvida, marcou a história da Bahia, mais especificamente do Sul e Extremo Sul da Bahia.

Hoje, a Bahia deve muito ao Dr. Élio toda a questão do papel e celulose. É claro que também foi muito importante como cacauicultor e pecuarista, mas ressalto essa questão porque ele foi dirigente de uma das

maiores e pioneiras empresas na questão do papel e celulose na Bahia. Eu, que acompanho ativamente a agropecuária, sei exatamente o papel que Dr. Élio teve. E agora o seu filho Sandro Régis, sem dúvida, vem dando sequência a essa missão, principalmente, na cacauicultura.

Também o amigo deputado Tiago, que conheci muito antes de qualquer questão ligada ao Parlamento. Nós somos colegas e amigos desde a cafeicultura. Fui presidente

por duas vezes da Associação dos Produtores de Café da Bahia, diretor da Associação dos Agricultores da Bahia e tive, como Sandro Régis falou, durante 6 anos a oportunidade de estar secretário estadual da Agricultura. Acho que foi um período importante na minha vida, eu que vim da iniciativa privada.

E queria ainda cumprimentar a nossa querida presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, Jusmari Oliveira, que também conheço muito antes de qualquer questão política, nas minhas andanças lá pelo Oeste da Bahia, há muitos anos.

E agora eu queria aproveitar este momento para falar um pouco sobre a questão do Parque de Exposições, especificamente. Não vou entrar na questão agropecuária, mas conversar um pouco com vocês sobre o Parque de Exposições.

O Parque de Exposições tem uma área, como foi dito aqui por Rosemberg, que não é do estado da Bahia. Na verdade, teoricamente, nem de direito, pois não tem a escritura. Por quê?

Pois bem, quando o governador da Bahia era Roberto Santos – conversei com a filha dele há pouco tempo –, aquela área ali em Ondina onde hoje é a Universidade Federal da Bahia era das associações e sindicatos da pecuária baiana. Isso é citado em diversos anais. E nós estamos, inclusive, fazendo uma peça jurídica para, junto com a Federação da Agricultura do Estado da Bahia, mostrar que aquela área foi cedida em troca de outra área que, naquela época, era um ermo, justamente onde está atualmente o Parque de Exposições. Essa área de aproximadamente 45 hectares, 450 mil metros quadrados, tem feito a diferença ao longo desses anos.

Como secretário da Agricultura, a minha visão foi mostrar a importância do homem do campo para que as pessoas da cidade entendam. Então, criei um programa com as cadeias produtivas durante a Fenagro, no qual a gente levou 50 mil crianças de escolas públicas durante 5 anos, para entenderem que o leite não vem da caixinha Tetra Pak.

Então, desde tirar o leite até industrializá-lo; o café até torrá-lo; do cacau até o chocolate; o algodão. Enfim, mostramos cada uma dessas cadeias, e assim a criança de Salvador e da Região Metropolitana pôde entender e valorizar mais o campo. Porque, como Tiago bem disse, a agropecuária representa um quarto do PIB da Bahia, da riqueza do estado da Bahia. É um dos maiores geradores de emprego. Juazeiro vem sendo, durante 3 anos seguidos, o maior gerador de empregos com carteira assinada, no país inteiro, graças à agropecuária. Então, é um setor que tem de ser valorizado.

Eu, como agrônomo com mestrado em irrigação, com toda a minha vida dedicada à agropecuária, vejo que nem sequer se pode pensar em tirar o Parque de Exposição de Salvador. O governador não sabe... já disse a ele: “Governador, Berlim, Paris, Buenos Aires têm seus parques de exposições; todos os países do mundo também têm nas suas capitais”. Por quê? Pela importância da ligação do homem do campo com o homem da cidade. Se você leva para Feira de Santana, você tem um prejuízo enorme.

Não vou ser reincidente e repetir o que Tiago já disse sobre a questão da difusão da tecnologia, com cursos, com a aproximação da agricultura familiar, que vende os seus produtos, com os leilões, com as últimas tecnologias apresentadas etc. Não vou

citar mais nada disso, mas vou colocar claramente, assim como já disse claramente ao governador do estado e também em todas as minhas redes sociais, que eu, como líder de uma das maiores bancadas da Assembleia, se essa proposta viesse para votação – porque qualquer atitude dessas, precisa passar pela Assembleia Legislativa da Bahia – , eu votaria contra e indicaria à nossa bancada votar contra.

Sei também, como foi dito por Rosemberg, que até boa parte dos deputados do PT votariam contra, mesmo sendo uma iniciativa do governador. Então, tenho certeza de que esta Casa tem maturidade suficiente para se posicionar. E cada um dos deputados terá o desprendimento para, na hora da votação, mesmo sendo da Base do Governo, posicionar-se contra um projeto que vai ser danoso para a agropecuária e para toda a Bahia.

Agora, em relação ao que o deputado Rosemberg falou, eu volto a dizer: se ele colocou de uma maneira errada e se passou, não tem problema. Ele já me falou isso, eu o desculpo, não tenho problema nenhum, mas está na ata de nossa reunião e também está tudo filmado para quem quiser ouvir. É só pedir aí a filmagem da parte virtual na qual ele afirmou que conversou com o governador e que este foi sensível a essa ideia, que é uma ideia da agropecuária. Nós não precisamos de 45 hectares. Com 10 hectares bem estruturados ali, nós teríamos... A Federação da Agricultura, inclusive, toparia, junto com os sindicatos e com as associações, tomar conta dessa área, como é feito na lá na Expointer, no Rio Grande do Sul.

Você teria ali uma área com restaurantes ligados à agropecuária e lojas de produtos agropecuários. E você também teria ali um fórum permanente da agropecuária baiana. Então, isso é consenso. E foi isso que eu fiz quando era secretário, e conseguimos a palavra do então governador Jaques Wagner, perante João Martins, que naquela época era presidente da federação, e todos os presidentes das associações...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. EDUARDO SALLES: (...) de que aquele parque não seria vendido nunca. Mas poderiam, sim, fazer um espaço multiuso naquele lugar, e ninguém é contra isso. Então quero colocar claramente isso aí.

E volto a dizer, se o Rosemberg se colocou de forma errada, não tem problema, eu o desculpo. Mas eu o ouvi dizer, e está gravado, que houve uma conversa com o governador e que este foi sensível a esse posicionamento. Está ali dito.

Por isso que eu coloquei como vitória. Vitória não do deputado. Você pode olhar, deputado Sandro Régis, que eu digo que todos nós teremos tido um papel importante, caso essa vitória seja consolidada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. EDUARDO SALLES: Então é isso. É importante citar, meu presidente, e agradecer a todos. Desejo a vocês um feliz Ano-Novo. Acho que é o momento de todos nós estarmos juntos. E aí deixo uma pergunta, presidente e demais deputados, em relação à demora muito grande no nosso país para a compra das vacinas: será que não seria o momento de todos nós, deputados, entrarmos novamente em ação e

disponibilizarmos nossas emendas deste ano para que pudéssemos comprar as vacinas? Todos nós.

Fica a proposta para que assim pudéssemos comprar imediatamente a vacina e começássemos a aplicá-la na Bahia, inicialmente, no pessoal da saúde e nos velhinhos. Teria de ser uma vacina já aprovada por diversos países e que já esteja sendo aplicada em vários países. Então, deixo essa proposta para os meus colegas deputados.

Um feliz Ano-Novo para todos, se Deus quiser, e para as suas famílias.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Obrigado, deputado Eduardo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 20 minutos. Logo depois falará o deputado Tiago Correia. Temos aqui as inscrições dos seguintes deputados: Alan Sanches, Tiago Correia, Sandro Régis e Carlos Geilson. Isso no âmbito das comissões.

Com a palavra o deputado Alan Sanches por até 20 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados e deputadas, me causou uma certa surpresa e ainda não ficou, para mim, extremamente, de uma forma que eu pudesse entender sobre este imbróglio do Parque de Exposições.

Nós sabemos a importância que um parque desse tem. Eu concordo que existe muita coisa, um espaço gigantesco e que, muitas vezes, é completamente subutilizado. Mas é subutilizado também, porque o governo, mais uma vez, ele não tem criatividade, ele não toma as decisões políticas necessárias. Como eu poderia dar a informação, trazer novamente as informações para que a gente tivesse aqui com a mente um pouquinho mais clara, o que seria o centro de convenções.

Teve aquele acidente, aquela queda de uma laje no Centro de Convenções, ali, no Jardim Armação, Costa Azul, Stiep. Isso, eu acho que tem uns 3 anos e meio a 4 anos. E, até hoje, o governo do estado não sabe o que fazer, não sabe o destino daquilo.

Segundo, há 3 anos, o Sr. Rui Costa, o governador, também, anunciou, no mesmo dia do anúncio do projeto do Centro de Convenções de Salvador por parte do prefeito ACM Neto, eu acho que, naquele momento, ele ficou tonto e queria, com o anúncio do ACM Neto, ele queria tirar esse brilho. Ele anunciou também que o governo do estado iria fazer um centro de convenções maior ainda.

Só que... Eu digo isso com muita clareza e certeza. Eu tenho convicção disso. O governador fez esse anúncio para tentar tirar o brilho. Só que ele não procurou fazer cálculos, se ele tinha caixa, se ele tinha condição, onde seria.

Então, passados 3 anos, não se sabe absolutamente nada sobre esse centro de convenções que o governador Rui Costa anunciou na mesma tarde do anúncio, pela manhã, do prefeito ACM Neto, anunciou a construção do Centro de Convenções do Estado da Bahia. Segundo ele, grandioso e gigantesco. Passados mais de 3 anos, nós não sabemos nem onde será construído esse centro de convenções.

Então, por isso, eu tenho muita convicção quando eu falo isso, porque ele não se preparou. Ele não tem... Ele procura ter o mesmo preparo do nosso prefeito, mas, infelizmente, ele não tem.

Mas voltando ao assunto do Parque de Exposições, esse é um equipamento gigantesco. Acho que precisava destinar melhor aquele espaço, inclusive para o próprio setor da agropecuária.

Mas o que eu não consegui entender foi se o querido amigo e companheiro Eduardo Salles, ele já anunciou que isso está certo, sem que nem o governo saiba que isso está certo; sem que o Rosemberg, o deputado Rosemberg diga que está certo. É esse o entendimento? Só para eu esclarecer: o deputado Eduardo Salles anunciou uma coisa que não existe ou existe?

Eu sei que o deputado Eduardo Salles, antes de ser deputado, antes de ser secretário, ainda, à época, quando tinha ficado como suplente até de deputado à época, que eu o conhecia, ele, já mexendo realmente e buscando resolver os problemas da agropecuária, ele já trabalhava sobre isso e defendia a agropecuária, o agronegócio.

Mas esse anúncio foi feito sem o conhecimento do governo? É só uma vontade? Porque, como o deputado Sandro falou, eu fiquei sem essa percepção. Eu fiquei sem esse entendimento se está certo ou se não está certo, porque, me parece, o deputado já anunciou. E se anunciou, ele já deve ter já as informações que só falta assinar esse processo, porque eu acho que é uma busca de todos, inclusive minha também, na defesa do agronegócio, da deputada Ivana, de todos os deputados envolvidos, principalmente os deputados do interior.

Isso é uma luta gigantesca de todos nós. Hoje, já defendemos no Orçamento. Hoje, o governo do estado não consegue enxergar agricultura como uma grande secretaria, como um grande *pool* para investimentos. Porque o olhar do governo do estado é pequeno, é muito minúsculo para a agricultura, para o agronegócio.

A gente sabe do tamanho desse negócio, do tamanho desse setor. Mas, no estado da Bahia, não tem esse investimento. Tanto que, até hoje, encontra-se naquele estado degradado em que está o Parque de Exposições.

Quando o deputado Sandro Régis levanta esse questionamento, até de que se já está certo, é só assinar o papel, colocando para que isso seja aceito. Por que não se sabe onde será esse pedaço retirado? Ou seja, esses 10 hectares serão retirados para que a gente construa, digamos assim, um Parque de Exposição que atenda a agropecuária, o agronegócio? Não é?

Falando isso, preciso desse esclarecimento para que eu entenda: o que o deputado Eduardo Salles falou está certo? Já está tudo certo? Tudo definido? Porque, se estiver, não precisa nem mais esta discussão. É só apresentar esse projeto. Porque se não, não entendi essas mensagens do nobre amigo deputado Eduardo Salles, esse grande e competente deputado estadual.

Falando isso, amigos, hoje foi já apresentado o nosso secretariado para cidade de Salvador a partir do dia 1º de janeiro. E queria fazer, aqui, uma análise para vocês

do secretariado que foi anunciado do primeiro escalão e algumas coisas do segundo, já, do Bruno Reis, nosso futuro prefeito a partir do dia 1º.

Há muitos questionamentos de algumas pessoas no que falam sobre espaço, sobre isso... Muita gente que faz campanha, certo?, quem faz campanha participa do governo. Isso é claro. Fez campanha, defendeu o projeto, vai participar do governo. Mas o que eu digo é o seguinte: nós temos que entender que é um governo que dá uma continuidade em todo um projeto do prefeito ACM Neto. Então, é diferente de você ter um governo montado que vai começar do zero.

Se Deus permitir e for a vontade do povo, como eu acho que é, em 2022, nós começaremos o governo, digamos assim, com 5% que permanecerão aí em locais estratégicos no governo do Estado, mas terão 95% que serão preenchidos pela equipe do prefeito ACM Neto, que será governador do estado. Isso, se Deus permitir mais uma vez, e se for a vontade do povo, que eu acredito que é.

Mas quando a gente fala de Bruno, as pessoas vão precisar entender que há muitas pessoas que vão permanecer, que fazem parte de um projeto. Então, “dá... porque não teve isso, não teve aquilo...”

Não. Eu acho que todos nós temos que entender que são pessoas que foram extremamente importantes no projeto dessa eleição de Bruno Reis e que já participavam do governo, e que a gente vai dar continuidade.

A gente vai ter, na Secretaria de Governo, a Ana Paula Matos, que é a nossa vice-prefeita, que foi chefe de gabinete do vice-prefeito. Ana Paula é a atual vice-prefeita e, também, foi secretária de Ação Social. Foi, ainda Ana Paula a coordenadora das Prefeituras-Bairro, à época, também. Na Secretaria da Fazenda, nós vamos ter a Giovanna Victor, outra mulher!

Vocês podem perceber que é um governo que ele tenta dar a representação, a representatividade de uma sociedade, não só de homens, não só de homens brancos, mas de mulheres, de negros, de toda a participação de uma sociedade.

Nós temos ainda, na Secretaria Municipal da Reparação, a Ivete Sacramento, outra mulher, repito, outra mulher! Nós temos, na Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude, a Fernanda Lordelo. Mais uma mulher! As mulheres estão, extremamente, bem representadas, Ivana, no futuro governo municipal. Na Secretaria Municipal de Ordem Pública, a Semop, Marise Chastinet. Outra mulher!

Nós temos a Secretaria de Comunicação, a Secom, Fernanda Vidal. Mais uma mulher! Nós temos, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda – Semdec –, Mila Paes. Outra mulher!

Na Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência, a Secis, que é uma readaptação da reforma administrativa, essa secretaria que ficava a cargo, inclusive, tinha sido uma indicação do PV, quem vai ficar é a Edna França. Outra mulher!

Ou seja, as mulheres estão, extremamente, bem representadas no governo municipal.

Na Casa Civil, será o competente ex-deputado, que já é secretário, Luiz Carreira. Na Secretaria Municipal de Saúde, o nosso amigo querido, deputado estadual licenciado, Leo Prates, que vem fazendo um trabalho diferenciado no controle e no combate a esta pandemia.

Na Secretaria Municipal de Gestão – Semge –, o competente, que mostrou que sabe fazer, que ajudou muito o nosso município, que é o Thiago Dantas. A Secretaria Municipal da Educação vem com Marcelo Oliveira, que é um engenheiro, que é um deputado já por... deputado não, perdoe-me, prefeito por dois mandatos em Mata de São João. Ele já foi secretário. Ou seja, ele tem um conhecimento profundo da educação, e vai ajudar muito Salvador.

Na Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer – Sempre –, vem o Kiki Bispo, o Clistenes, filho do nosso ex-deputado Everaldo Bispo. O Kiki já está no seu terceiro mandato, advogado, foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça, vai fazer um trabalho, não tenho dúvida, grandioso.

E nós temos ainda o secretário de Cultura e Turismo, Fábio Mota. Quanto a Fábio, acho que dispensa comentários sobre a sua pessoa. Fábio é extremamente diligente. Muitas vezes, o seu atendimento não tem... ele esquece coloração partidária e vai sempre buscar o que for melhor para o nosso município, para o nosso estado. Já foi secretário do turismo nacional e trouxe emendas, como muitas vezes secretário nenhum do turismo trouxe.

O Fábio Mota tem um conhecimento transversal. Por isso mesmo, começou ainda no governo João Henrique. Eu me lembro. Ele trabalhava na Limpurb; daí foi para a Sesp, foi para... galgando outros espaços. E, em todos esses, Fábio Mota mostrou que é um craque.

A Secretaria de Infraestrutura, a Seinfra, virá com novidade: o nosso vereador, o vereador mais votado de Salvador, Luiz Carlos, do Republicanos, administrador de carreira, tem conhecimento na área e vai ter que tocar muitas obras. Disso, não tenho dúvida.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano vem com João Xavier, que já foi noticiado, aí, pelos sites.

A Secretaria de Manutenção da Cidade, a Seman, vem com o também competente Luciano Sandes que estava... agora ficou no lugar de Bruno quando Bruno teve que se ausentar da Seinfra. O Luciano Sandes tem mostrado também um grande trabalho e vai continuar. Agora, mudou a secretaria. Mas tenho certeza de que fará um grande trabalho na Seman também.

O Fabrizzio Müller foi uma descoberta do ACM Neto, não é? Vocês observem o trabalho que ele conseguiu fazer na Transalvador e, agora, vai fazer até melhor na Semob. Depois de ficar 8 anos na Transalvador, ele, agora, vai para a secretaria que antes tinha sido ocupada por Fábio Mota.

A Secretaria de Inovação e Tecnologia, essa é uma novidade também, criada agora na reforma, melhor, adaptada, não é?, na reforma administrativa. Será o futuro secretário Samuel Araújo, filho do deputado José Carlos Araújo.

Só um parêntese. Quando eu falo que foi criada, existe uma lei que até novembro de 2021 não se pode criar cargos, não se pode criar despesa. Isso é uma lei por causa dessa pandemia. Então, tudo o que foi mexido ou criado é adaptação, ou de nomenclatura ou de substituição de cargos, porque há um impedimento legal na criação ou no aumento de qualquer estrutura no Brasil, não é só em Salvador, é no Brasil. Eu esqueci. Inclusive, me passem agora aqui, se os colegas souberem, existe uma lei já federal.

Continuando, a Secretaria de Articulação Comunitária e Prefeituras-Bairro vai permanecer. Hoje, você veja que ela acrescenta esse nome de articulação comunitária e que eram as antigas prefeituras-bairro e continua Luiz Galvão, que já foi chefe de gabinete, inclusive, do João Roma.

A Procuradoria-Geral do Município será a doutora Luciana Rodrigues.

A Controladoria-Geral do Município, a Maria Rita Garrido.

O secretário particular do prefeito será Igor Domingues, que é o nosso Igor aqui da *TV Assembleia* que todos vocês já conhecem.

A Secretaria de Gabinete, o Alberto Pimentel, o esposo da Dayane Pimentel, que já foi secretário de esporte da Semtel, no governo do ACM Neto.

A Fundação Gregório de Matos, o Fernando Guerreiro, já conhecido de todos nós.

A Fundação Mário Leal Ferreira, a Tânia Scofield, que permanece lá por todo o seu trabalho de conhecimento que fez à frente dessa fundação.

A Fundação Cidade Mãe, Isabela Argolo.

Eu quero que V. Ex.^{as} acompanhem quantas mulheres participarão desse governo. Observem a representação que as mulheres terão no governo municipal de Bruno Reis.

A Saltur, esse imbatível Isaac Edington, que fez um trabalho que deu visibilidade a Salvador, inclusive a ele sendo o seu tralhado reconhecido pela sociedade.

A Desal, quem vai ocupar agora, que era da Seman, é o Virgílio Daltro, era secretário da Seman e está indo agora para a Desal. A Sucop, também já é um conhecido nosso, o Orlando Castro, que vem fazendo um trabalho e vai permanecer, vai agora para a Sucop para permanecer fazendo esse trabalho diferenciado. A Transalvador será esse amigo Marcos Passos, que já foi da secretaria, da Semop, já foi inclusive... estava na Limpurb e agora está sendo deslocado, vai ter que mostrar esse grande serviço na Transalvador, vai encontrar muita coisa já preparada por Fabrizzio durante 8 anos de trabalho. Mas tenho certeza de que o Marcos Passos, também pelo seu conhecimento da iniciativa privada e mais essa experiência agora na gestão pública, vai tirar de letra essa Transalvador.

A Ouvidoria Geral do Município ficará a cargo do Jean Sacramento, que, inclusive, é o presidente do Patriotas e conseguiu, nessa primeira vez assim que disputa uma eleição, eleger três vereadores aqui na nossa capital. Um deles é o irmão do nosso David Rios, o Daniel Rios, que conseguiu, Sandro Bahiense foi o segundo e a Roberta Caires foi a terceira que se elegeu pelo Patriotas. Então, Jean Sacramento será o ouvidor-geral, em substituição a Humberto Viana.

Na Limpurb, será esse querido amigo, amigo inclusive do meu filho, o vereador Duda Sanches, que é o Omar Gordilho, do PDT. Foi candidato a vereador agora pelo PDT e ficou na suplência. Teve uma votação, a primeira vez que foi candidato, uma votação realmente muito grande.

Na Aarsal, será o Eliezer Ladeira Freire; na Diretoria-Geral de Segurança e Prevenção à Violência, fica o Maurício Lima. Maurício fez um trabalho diferenciado à frente da Guarda Municipal que chamou a atenção.

Na Codesal, ficará também o já conhecido, que vem fazendo um trabalho, acho que ele se encontrou lá na Defesa Civil, que é o Sosthenes Macêdo. Esse também tem conhecimento geral, poderia participar de outras secretarias pelo conhecimento adquirido e acumulado desde a gestão inclusive de João Henrique.

Esse é o nosso primeiro time, o primeiro batalhão que vai ajudar na continuação desse projeto de ACM Neto e também na construção dessa cara do governo Bruno Reis. Eu acho que Bruno traz alguns nomes extremamente diferentes agora, dando representatividade às mulheres, aos negros, diferente de ser um, como poderiam achar, um secretariado de elite. Não, é um secretariado, não é de elite, é um secretariado que traz a representação de uma sociedade como deve ser, porque nós temos pessoas preparadas em todos os locais. E a gente não precisa ficar apenas com cartas marcadas.

Então, eu desejo... acho que muitos, talvez, não tenham conhecimento de todo esse secretariado... Quanto tempo eu tenho, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já está terminando. Faltam 3 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Três minutos. O senhor já quer cortar a minha voz? Falta muito tempo. Em 3 minutos eu..

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Nada, já tem um tempo. V. Ex.^a já tem um tempo.

O Sr. ALAN SANCHES: Eu trouxe aqui, foi anunciado, hoje, todo o secretariado, e desejo muita sorte a essa turma, sucesso, contem com todos nós da Oposição, que eu tenho certeza de que Bruno, que já foi deputado, já foi secretário, já foi vice-prefeito, vai brilhar agora como prefeito de Salvador.

Muito obrigado, colegas.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Nós é que agradecemos, deputado Alan Sanches.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra agora o nobre deputado Tiago Correia...Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Pronto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a tem 20 minutos, deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: Presidente, mais uma vez, bom dia.

Mas, Sr. Presidente, retomando o debate sobre o Parque de Exposições, já encerrando também, acho que a gente já falou demais, com certeza. Mais uma vez, eu queria parabenizar o líder da Maioria, Rosemberg Pinto, por tentar intermediar, junto ao governador, a possibilidade da manutenção desses 10 hectares, medida essa que foi comemorada aí pelo deputado Eduardo Salles também, que, desde o início, vem se posicionando contrário à venda.

Eduardo foi secretário de Agricultura, competente secretário, engenheiro agrônomo, conhecedor da área, trabalha no meio rural desde sempre, como ele mencionou aí. Conheci Eduardo muito antes da política, militando nos campos do nosso estado. Mas pedi ao deputado Rosemberg Pinto que seja mais incisivo junto ao governo para que o governo, realmente, consiga entender a importância desse equipamento e se disponha a sentar com os produtores rurais para ver se existe, de fato, essa possibilidade da manutenção desses 10 hectares. E ainda perguntaram onde seria. Pode ser, inclusive, no fundo do Parque, onde existia uma capineira, atrás das dependências da então extinta EBDA. Mas, se de fato isso for levado à frente, será uma vitória da agropecuária, uma vitória da agricultura e nós, com certeza, estaremos aqui para apoiar o governo nessa decisão.

Então, peço encarecidamente que o deputado Rosemberg, que tem se colocado, se mostrado sensível ao assunto venha cobrar do governador do estado, cobrar do secretário para que atendam os produtores e tragam uma solução definitiva para esse imbróglio que vem assombrando os produtores rurais de nosso estado.

Quanto à sugestão do deputado Eduardo Salles, que nós, deputados estaduais, mais uma vez, coloquemos à disposição do governo do estado as nossas emendas para que a vacina possa ser comprada, é louvável o posicionamento do deputado Eduardo Salles. Eu queria parabenizá-lo pela iniciativa, mas discordar que seja cortando na nossa carne, que já sofremos o não cumprimento da execução dessas emendas, colocar umas emendas que já são tão poucas para atender os municípios à disposição do governo, quando o governo federal já liberou para o estado da Bahia mais de R\$ 2,6 bilhões exclusivos para o gasto com a pandemia, com a Covid. Então, é muito dinheiro, 2 bilhões e 676 milhões de reais, eu queria repetir. Então, as nossas emendas ficam muito pequenas diante do que já foi liberado. Só o governo da Bahia, salvo engano, recebeu mais de R\$ 1,2 bilhão para gerir esses recursos. E o que nós vimos, quando nós liberamos as nossas tão sofridas emendas, foi o governo comprar respiradores que sequer até hoje chegaram. É o conhecido caso aí da HempCare. O deputado Paulo Câmara sempre vem cobrando esse posicionamento. Nós estamos acompanhando o desenrolar disso, e parece que não vai ser bom.

Então, não tem o porquê a gente disponibilizar, deputado Eduardo, e eu queria parabenizá-lo pela iniciativa. Mas, o que nós temos é muito pouco, não vai ajudar de maneira nenhuma. E o governo tem recebido recursos assim robustos que, com certeza, se bem geridos, poderão ajudar na compra dessas vacinas para todo o estado.

Mas, Sr. presidente, voltando aqui ao projeto em tela, e nós estamos aqui com o Projeto nº 23.994/2020, que é a revisão do Plano Plurianual 2020, 2021, 2022 e 2023, que foi instituído pela Lei nº 14.172, de 6 de novembro de 2009, lembrar que nós votamos em 2019, o Projeto de Lei nº 23.488, que instituiu o Plano Plurianual. E ao instituir esse Plano Plurianual Participativo do estado da Bahia, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas de forma regionalizada, conforme foi disposto no Inciso I do caput do Parágrafo 1º, desse artigo.

Então, Sr. presidente, é um projeto que tem como finalidade viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas, e convergir com a ação governamental, assegurando a intersetorialidade, e orientar a definição de prioridades e ampliar as condições para o desenvolvimento sustentável.

É importante lembrar que naquele momento, em 2019, salvo engano, nós aprovamos essa lei na Assembleia, no dia 22 de outubro, Sr. Presidente. No art. 2º, estabelecia como diretrizes estratégicas, a competitividade sistêmica, a melhoria da qualidade de vida, a formação cidadã, a garantia de direitos, a sustentabilidade ambiental e a gestão estratégica.

Ele propunha, naquele momento, aperfeiçoar os mecanismos de escuta social, territorialização, integração das ações de governo, e organizar em programas construídos a partir de bases estratégicas, orientando e concretizando as políticas públicas que deveriam ser desenvolvidas nesse quadriênio.

Os programas, Sr. Presidente, foram individualizados, apresentados por nome, descrevendo nas suas ementas os resultados pretendidos para o quadriênio, consoante com os desafios do momento, e agora nós temos outros, principalmente por conta dessa pandemia, consoante com as tendências, as oportunidades escritas na contextualização do projeto, eles teriam seus desempenhos aferidos por indicadores e metas, que também foram, de certa forma, atingidos por conta do momento único que vivemos. E os indicadores seriam compatíveis com a capacidade e a promoção de mudanças de um ou mais compromissos setoriais.

Mas, Sr. Presidente, no art. 5º dizia que os compromissos teriam a eficácia atendidas por meio de uma ou mais metas estabelecidas – e são muito importantes essas metas – de forma compatível com o conjunto de iniciativa associado e deveria expressar o que seria feito para alterar essas situações, enfim, a implementação dos programas de modo a atingir os seus objetivos.

É importante lembrar, Sr. Presidente, que, naquele momento, a Bancada da Minoria, nós, entendendo a boa vontade do governo em implementar todas essas ações ora apresentadas, sugerimos que votássemos a favor do projeto.

Tivemos os votos contrários, salvo engano, de dois deputados. O deputado Alan Sanches votou em contrário na primeira discussão, e depois, na segunda discussão, ele

já acompanhou a Bancada da Minoria, dando esse voto de confiança ao governo. E tivemos, salvo engano, o deputado Prisco, que votou em contrário ao Projeto de Lei nº 23.488/2019 tanto na primeira quanto na segunda discussão.

E, agora, nós estamos aqui avaliando o Projeto nº 23.994/2020, que dispõe da revisão desse Plano Plurianual que foi apresentado no ano passado, sabendo que o Plano Plurianual pode ser revisado anualmente, já que ele dispõe para os 4 anos futuros. Então, o que fazemos hoje nada mais é que revisar esse documento que define as prioridades do governo para os próximos 4 anos.

E, como falei, a lei permite que nós possamos revisá-lo a cada ano. Então, o governo pode encaminhar um projeto a cada ano, entendendo que mudanças no ambiente econômico e no ambiente político podem fazer com que essas metas e essas definições que foram estabelecidas sejam alteradas, sabendo que esses planejamentos devem ser acompanhados de como serão executadas as políticas públicas para alcançar os resultados esperados, sabendo que o objetivo fim é o bem-estar da população.

Então, Sr. Presidente, esse PPA que estabelece essas medidas, os gastos, os objetivos, ele agora é alterado pelo governo do estado e chega a esta Casa para a nossa apreciação.

Eu queria dizer que vou recomendar ao líder Sandro Régis... Assim como fizemos em 2019 – e querendo acreditar que o governo, de fato, vá cumprir o que ele estabelece, o que ele próprio estabelece, o que ele nos traz, quais são essas metas, quais são essas prioridades, quais são esses planejamentos, de que forma ele irá executar essas ações para atingir os objetivos –, eu sugiro o mesmo posicionamento da votação do projeto original, o 23.488.

Mas continuando com o mesmo entendimento de que o governo, mais uma vez, coloca no papel prioridades e planejamentos que, na prática, não saem do papel. Ele, mais uma vez, como Sandro e outros colegas mencionaram na sessão anterior, cria, muitas vezes, uma peça de ficção muito bonita, muito singela e quando qualquer cidadão se debruça e lê parece que estamos num estado das maravilhas, onde as coisas acontecem.

Então, nós vamos dar mais uma vez esse voto de confiança. Eu queria sugerir a Sandro que recomende à bancada que vote pela aprovação dessa alteração no PPA, mas mantendo o mesmo entendimento de que o governo coloca no papel prioridades e planejamentos que não saem do papel.

Então, é isso que eu trago, Sr. Presidente. É esse o meu posicionamento em relação ao Projeto de Lei nº 23.488/2019.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson.

Deputado Geilson, V. Ex.^a tem até 10 minutos, deputado, porque V. Ex.^a não é membro das comissões. Dez minutos para V. Ex.^a.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, dizer o seguinte: começar pela fala do querido amigo, deputado Alan Sanches. Alan apresentou de forma minuciosa, com comentários... Poderia até ser, imagino, a *Globo News* apresentando o secretariado de Bruno Reis e ele comentando, porque ele falou com conhecimento de causa sobre cada nome escolhido pelo prefeito Bruno Reis.

Eu quero parabenizar o prefeito Bruno Reis. Apresentou logo toda a sua equipe, primeiro e segundo escalões do governo, os que vão ficar responsáveis pelas autarquias, pelas fundações e pelas secretarias. E, avalizando, pelo que disse aí o nobre deputado Alan Sanches, foram bem escolhidos os nomes, uma equipe oxigenada. Mas é bom lembrar que é um governo de continuidade, uma pessoa que vai tocar esse projeto vitorioso do prefeito ACM Neto.

Então, aqui, eu quero fazer loas, quero dizer da minha alegria e da minha satisfação por ver essa maturidade política do deputado Bruno Reis, hoje eleito prefeito da capital da Bahia.

Parabéns, Bruno!

Dizer o seguinte: também desejar, breve, uma boa recuperação ao meu colega radialista, ao nosso colega, que esteve aqui, no Parlamento, Herzem Gusmão, prefeito reeleito da cidade de Vitória da Conquista. Herzem, que testou positivo, estava internado num hospital em Vitória da Conquista e, agora, foi transferido para o Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, por precaução, por medida de segurança da família. Então, quero dizer da minha torcida pela breve recuperação do amigo Herzem Gusmão.

E, por falar nisso, também, eu ouvi mais cedo a fala do querido líder do Governo, Rosemberg Pinto, que se recuperou bem da Covid-19. Um grande abraço para você, meu querido deputado Rosemberg Pinto.

Outros colegas testaram positivo, mas já se recuperaram. O querido amigo Marquinho Viana perdeu a sua genitora. Então, a todos esses colegas, o meu abraço.

O deputado federal Elmar Nascimento se recuperou e voltou com carga total ao trabalho; o deputado Abílio Santana, que está internado no Hospital São Rafael.

Então, eu, aqui, faço minhas as palavras do deputado licenciado Léo Prates: o momento é de cuidado, o momento é de extremo zelo em relação às precauções para o combate ao coronavírus.

Então, não poderia deixar, neste momento, de desejar boa sorte e dizer da minha torcida pela recuperação dos amigos que estão na luta contra o coronavírus.

Mas, meus amigos e amigas, nobres deputados e deputadas, nesse final de semana, agora, na semana passada, portarias publicadas no *Diário Oficial* do dia 23 de dezembro, assinadas pelo secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues, me deixaram perplexo. Fiz esse questionamento, que vou fazer agora, na minha rede social: mas o que leva e qual foi o motivo, qual o benefício? Trocou nomes de escolas, o nome de Luís Eduardo Magalhães, nome de escola de ACM, Antônio Carlos Magalhães, para outros homenageados.

Eu quero saber, de fato, no que é que isso vai resultar em termos de positividade para a nossa educação, para o Ideb do estado, que é muito baixo. É isso que eu me pergunto, é isso que eu questiono, qual o benefício para a educação? Isso gera, eu diria, um preconceito, mas gera um precedente altamente perigoso.

Hoje, o governo Rui Costa está dando as cartas, comanda o estado da Bahia, mas, a partir da próxima eleição, a Bahia vai mudar de mãos. Quer dizer, quando ACM Neto se sentar na cadeira de governador vai retirar os homenageados de hoje e repor os nomes de Luís Eduardo Magalhães, o nome de Antônio Carlos Magalhães, o seu avô.

Ora, eu, sincera e honestamente, não vejo nada em que isso contribua para a nossa depauperada, a nossa fracassada educação, os nossos péssimos índices no Ideb. No que é que isso favorece a educação da Bahia?

Quer dizer, ACM Neto é governador e tem lá em Alagoinhas a Avenida Joseph Wagner, homenagem ao pai de Jaques Wagner. Ah! mas o que Joseph Wagner fez por Alagoinhas? Não fez nada? Tira, muda, muda.

Espera aí, gente, espera aí! Esse revanchismo, essa coisa em nada contribui para o republicanismo. E olha que é o pessoal que mais fala em republicanismo, que mais fala em preservação dos direitos, de respeito.

Nós, assim, estamos fazendo esse questionamento, porque nós não concordamos com essa forma. Quer homenagear essas pessoas... nada contra os novos nomes dos homenageados, pelo contrário, nomes dignos, ilibados e que merecem, sim, as homenagens. Agora, o procedimento é que não é o melhor.

Lá em Feira de Santana o secretário propôs trocar o nome do Colégio Luiz Viana Filho para colocar um outro nome e a comunidade rechaçou, a comunidade não aceitou, porque não tem nada, nada, que leve a essa mudança. Afinal de contas, é um colégio com 50 anos, o Luiz Viana, na Cidade Nova, e o secretário chega lá propondo mudar o nome.

Ah! Me faça uma garapa, Jerônimo Rodrigues! Me faça uma garapa, Jerônimo Rodrigues! Me faça uma garapa! Bata aí com jiló, com melancia, com maxixe, com abóbora! Me faça essa garapa pelo amor de Deus!

Outro, assunto que eu quero abordar: gente, nós precisamos de leis duras contra esses crimes que estão acontecendo pelo país afora. E nessa última semana de Natal foi uma coisa que explodiu pelo país afora os casos de feminicídio em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná, em Santa Catarina, em Pernambuco, na Bahia, lá em Feira de Santana, na cidade de São Gonçalo dos Campos.

Enfim, eu começo falando de uma que foi esfaqueada em São Gonçalo dos Campos, na porta de um clube chamado Águas Claras. Essa, graças a Deus, conseguiu sobreviver. O motivo da tentativa, sabe qual foi? Porque o cara não aceita mais o fim do relacionamento.

Ora, a mulher não é propriedade do homem! O homem tem que entender, nós homens temos que entender que a mulher não é nossa propriedade, é uma parceira, é

uma camarada, é a nossa companheira. Mas quando não dá certo, não dá. Ela tem o mesmo direito que nós temos. O homem, quando está com uma mulher não faz opção por outra? Não tem todo o direito? A mulher também tem esse direito.

São coisas assim que estão chocando e que chocaram, um negócio que desembestou de vez.

É bom dizer que, ao que parece, o Judiciário agora vai abrir os olhos, porque esse, o caso da juíza lá do Rio de Janeiro, não é o primeiro caso. Quantos e quantos casos vêm acontecendo e o Judiciário, muitas vezes, não dando a punição, o Congresso Nacional não endurecendo as leis! Nós precisamos de leis duras, punitivas com muito rigor, para que isso sirva de exemplo.

A mulher não é um objeto do homem que ele usa a hora que quer e bem entende.

Enquanto não houver uma mudança, e essa mudança tem que ser muito radical, tem que ser muito dura, não vai cessar essa violência que campeia Brasil afora e da qual a mulher tem sido vítima.

De modo que, aqui, eu quero fazer essa ilação, esse comentário, pedindo leis duras e severas; e que o nosso Congresso Nacional abra perfeitamente esse tipo de discussão e não fique apenas nesse debate sobre quem vai presidir a Casa a partir de fevereiro do ano que vem.

Mas, queridos amigos e amigas, eu quero finalizar a minha fala. Parabenizar os discursos, aqui, da Oposição, do querido amigo Tiago Correia, uma revelação. Eu tenho tido a oportunidade de acompanhar o seu trabalho. Como parlamentar cuidadoso, sempre apresenta seus relatos com muito esmero, se debruçando sobre o tema, porque não é você, simplesmente, falar alguma coisa, usar o tempo para falar, mas é necessário que fale com conhecimento de causa. Então, é uma grata surpresa para mim que o deputado Tiago Correia, como veterinário, tenha falado justamente sobre essa questão da agricultura no estado da Bahia e das medidas que o governo pretende implementar.

Quero abraçar também o outro, que não tive o prazer de conhecer pessoalmente, mas tenho acompanhado os seus pronunciamentos, que é o deputado Josafá Marinho, conhecedor da área da agricultura, da área da pesca e que, acima de tudo, é um interiorano.

Dar boas-vindas também, neste final de ano, ao querido parlamentar Angelo Almeida, da minha base de Feira de Santana, e que é extremamente qualificado. Então, fico muito feliz de vê-lo ocupando novamente uma cadeira na Assembleia Legislativa. Eu que ocupo temporariamente a cadeira do deputado licenciado Leo Prates, que foi reconduzido à Secretaria Municipal de Saúde de Salvador. Leo faz um trabalho extremamente cuidadoso, dedicado, ele é zeloso, ele é estudioso. Realmente, o prefeito Bruno Reis merece todos os nossos parabéns porque o mantém à frente da Secretaria de Saúde, essa secretaria importantíssima. Se era importantíssima, ainda mais agora em tempos de pandemia. Então, parabenizar...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado amigo...

O Sr. CARLOS GEILSON: Para concluir, meu caro presidente. Falei, dei os parabéns ao prefeito Bruno Reis pela escolha dos novos integrantes do governo, pela manutenção de Leo Prates na secretaria. Como se diz assim: “eu vou ali e volto já, vou buscar maracujá.” Se ainda tiver mais oportunidade, eu falo mais adiante.

Obrigado, Sr. Presidente. Feliz Ano-Novo!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu agradeço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado Sandro.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que nos escutam. Sr. Presidente, ficou bastante clara a importância de projetos como o Orçamento, o PPA e a LDO serem debatidos e estudados nesta Casa. O deputado Tiago Correia debruçou-se sobre o projeto, estudou sobre o projeto.

Conversamos muito ontem e hoje pela manhã, antes de iniciar a sessão. Conversamos com o deputado Alan, com o deputado Paulo Câmara, com o deputado Tom Araújo, e chegamos à conclusão de que a Oposição tem de se manter coerente, que a Oposição tem de ter o discurso em um viés. Nós não podemos fazer a crítica hoje e o elogio amanhã ou, tampouco, o elogio de ontem e a crítica de hoje.

Ficamos na dúvida de como orientar nossa bancada a votar esse projeto. Até porque, no ano passado, em 2019, quando a bancada votou a favor no segundo turno, nós demos um crédito de confiança ao governo do estado. Mas, infelizmente, tudo o que foi posto no papel no papel caminhou muito mais para uma peça de ficção do que para a realidade dos baianos.

Entendemos, claro, que este ano foi um ano atípico devido à pandemia, foi um ano em que todos nós, baianos, brasileiros, estamos enfrentando com muitas dificuldades as nossas vidas pessoais, os nossos desafios profissionais. E o deputado Tiago Correia foi muito feliz quando registrou o não cumprimento das metas de 2019, mas quando afirmou que a Oposição votou favoravelmente ao projeto.

E irei orientar a nossa bancada da forma que o deputado Tiago Correia nos sugeriu. Irei orientar a votarmos favoravelmente ao projeto, mostrando, mais uma vez, que a Oposição da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia não é uma oposição sectária, não é uma oposição raivosa, não é uma oposição que faz oposição por fazer. Nós temos feito o nosso papel de fazer a Casa pensar, de fazer a Casa refletir, de fazer a Casa saber quais são as matérias que estão votando.

Nós já acabamos o nosso pacote de pandemia. Não chegou mais a esta Casa nenhum projeto direcionado à pandemia, na qual entendíamos, naquele momento... Até sob orientação e a pedido do prefeito ACM Neto e do secretário de Saúde municipal Leo Prates, que continua na pasta para ajudar Salvador a sair deste momento delicado,

que nós fizéssemos todos os esforços, que a Bancada da Oposição fosse parceira dos projetos que viessem a proteger o cidadão e proteger a economia de nosso estado.

E assim o fizemos. Desses quatro projetos com os quais nós retomamos, agora, as atividades parlamentares, votamos a favor do projeto da regularização fiscal da prestação da Covid, do governo do estado; votamos a favor da renegociação do ICMS e de débitos, tanto do setor varejista do mercado, como do setor do petróleo; e iremos votar a favor deste agora.

Mas eu queria dizer a vocês o que muitos devem estar perguntando: “Os caras pedem vista, os caras obstruem para votar a favor.” Claro! Nós precisamos saber o que estamos votando. Não sei se foi o deputado Carlos Geilson ou o deputado Alan que falou: “Hoje é um governador e amanhã será outro governador.” Hoje, estamos deputados, mas ninguém sabe se daqui a 2 anos estaremos novamente no Plenário da ALBA. E o que nós temos de deixar do nosso mandato parlamentar são legados positivos, são legados que sejam reconhecidos pela sociedade.

Então, faço aqui uma provocação, no bom sentido, à Bancada do Governo. Não dá para votar tudo “no rodo”, e também a Oposição jamais será contra tudo. Agora, nós temos de saber o que estamos votando. Temos de conhecer a matéria a ser votada. Tem projetos que exigem um pouco menos de dedicação, um pouco menos de estudo. Mas, no mínimo, para aprovar ou desaprovar algum projeto oriundo do Executivo, nós do Parlamento temos de ter a consciência do que estamos votando.

É em cima dessa responsabilidade, Sr. Presidente, é em cima desse compromisso com a Bahia e com os baianos, é em cima de nossa coerência, é em cima da linha de raciocínio da Bancada da Oposição, para mostrar a todos vocês do Parlamento, que nós não fazemos oposição por oposição. Nós não votamos contra só porque é um projeto oriundo do Executivo, não. Nós somos sempre a favor da Bahia e dos baianos. Fomos eleitos, todos nós 63, e antes de ser da Bancada do Governo ou da Oposição, nós temos de ser da bancada da Bahia. Temos de priorizar a vida dos baianos. Temos de priorizar, como homens públicos e como Parlamento, projetos que venham a defender ou proteger a sociedade, Sr. Presidente.

Então, dando, mais uma vez, uma prova do nosso compromisso com a Bahia, do nosso compromisso com os baianos, nós iremos, Sr. Presidente, encaminhar para ser votado favoravelmente ao projeto. Mas nós não abriremos mão, em qualquer projeto, ainda enquanto estivermos neste momento de votação remota, neste momento de dificuldades que a Bahia e o Brasil enfrentam, de que a Oposição saiba o que está votando, de que a Oposição leia, de que a Oposição faça seu debate interno, para termos a consciência limpa ao proferir nosso voto. E, conseqüentemente, ao sugerir aos nossos pares o melhor caminho para ser votado. O nosso encaminhamento é votar favoravelmente.

Mas quero aqui, Sr. Presidente, já fazendo uma questão de ordem, que quando o deputado Paulo Câmara encerrar suas palavras, peço que haja uma verificação de quorum de votação no âmbito das comissões, após a fala do amigo, o colega deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre deputado Paulo Câmara pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PAULO CÂMARA: Está ouvindo bem, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito bem.

O Sr. PAULO CÂMARA: Bom dia a todos, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Esse é o assunto aqui da região, presidente. Eu me encontro agora em Vitória da Conquista, e na última sessão, como foi dito pelos deputados, o Parque de Exposições... A verdade tem de ser dita de maneira muito clara: o governo do estado da Bahia não gosta do setor do agronegócio. Aliás, ele detesta o setor do agronegócio. E eu não sei por quê. Porque, se o governo da Bahia compreendesse o que é o agronegócio para o nosso estado, ele teria de rezar todo dia e agradecer por esses agricultores, por esses pecuaristas, por essa turma que defende, que trabalha, que tem o suor do dia a dia, que gera emprego, que gera a renda que corresponde a 25% do PIB do estado da Bahia.

Mas o governo do PT detesta o agronegócio. Disso eu não tenho a menor dúvida. Eu não tenho a menor dúvida, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Porque um governo que se respeita, um governo que preserva e que pensa no futuro do estado, primeiro tem que pensar no agro, primeiro tem que pensar nesse setor, tem que valorizar. E aqui, não. O governo do estado da Bahia, o governo do PT massacra, o governo espezinha, o governo pisa no pescoço daquele que produz, daquele que paga imposto, daquele que gera renda para o nosso estado. É com muita tristeza que eu digo isso, tenham certeza, amigas e amigos deputados, mas essa é a verdade.

Quando é que você vê um governo estadual pensar em vender o Parque de Exposições? Só o da Bahia. Quando é que você vê um governador dizer uma pérola dessa: “Boi não pega metrô”? Que vergonha para o nosso estado. Que vergonha, governador! Eu me sinto envergonhado com essa sua fala. Isso é inadmissível. O governo, o chefe do estado da Bahia fazer uma metáfora como essa, dizendo que um boi não pega metrô. Você deveria valorizar o pecuarista, você deveria valorizar aquele que gera emprego, que gera renda e que paga imposto, não dismantelar.

Vocês se lembram do que aconteceu na última sessão? Aliás, há muito tempo que não tem sessão da Comissão de Agricultura. Na sessão dos hidrômetros, o governo perseguindo, maltratando aqueles irrigantes, pisando naqueles que produzem. A Assembleia cheia, lotada, quando veio aquela diretora do órgão – acho que da EBDA – dar uma satisfação... Quer dizer, um projeto para maltratar, para pisar.

O governo do estado da Bahia gosta do que é errado. Gosta daquele agricultor, daquela pessoa que faz errado, que faz o abate clandestino, que não paga imposto, que não gera emprego. Tudo que há de errado o governo apoia. Agora o pecuarista direito, o pecuarista correto, o agricultor correto, esse não presta, esse não serve. E é com vergonha, é com tristeza que digo isso como deputado.

Hoje, eu represento Luís Eduardo Magalhães – quero aqui mandar um abraço para o prefeito eleito Junior Marabá – e a feira de Luís Eduardo Magalhães, a feira de agronegócio, gera 1,4 bilhão de receita. É a segunda maior feira do Brasil, perdendo apenas para Ribeirão Preto. Isso que deve ser valorizado, isso que deve ser respeitado, isso que deve ser copiado e trazido para os outros setores, não ser pisado, não ser maltratado.

E aqui quero dizer ao prefeito eleito Bruno Reis: prepare-se para fazer um parque de exposições, porque esse daqui a gente já perdeu. Essa conversa é para boi dormir. Eu não acredito, não tem credibilidade.

Não tem moral para falar isso, porque se tivesse, assim, faria uma reunião, debateria, discutiria.

Presidente, até quero fazer uma sugestão: acabe com as comissões da ALBA. Para que comissão na ALBA? Só para gastar dinheiro? Não prestam para nada! A gente não é ouvido para nada, porque tudo se resolve no Executivo. Para que Assembleia Legislativa? Para que discussão nas comissões? Você não vê um secretário dar uma satisfação. Você não vê um secretário apresentar um projeto. Tudo é resolvido de cima para baixo e as comissões só fazem gastar dinheiro. Acabe com as comissões. Acabe com a Comissão de Agricultura. Acabe com a Comissão de Saúde. Não valem para nada! É tudo reboque. Para que ter isso? Só para dizer que tem? Não existe! Não existe!

Assim como o prefeito ACM Neto fez, construir um Centro de Convenções, que o governo da propaganda, o governo da enganação sempre falou que ia fazer e nunca fez, vai ser assim com o prefeito Bruno Reis. Nós vamos fazer o Parque de Exposição, graças ao futuro prefeito, porque este que está aí, este governador, não tenho a menor dúvida, não tem credibilidade. Não pode falar por um setor, pelo contrário, governa de costas para ele. Esse é o meu sentimento ao longo desses 16 anos e o que tenho aprendido aqui.

E vamos tratar de assuntos, Sr. Presidente, com relação à saúde. Eu fiz um questionamento, na semana passada: quem indicou a Sr.^a Viviane Chicourel? Quem foi que a colocou naquela diretoria? Ela está presa! Está na Polícia Federal pelo escândalo lá de Juazeiro. O governo não responde. O governo não traz nenhuma explicação. Que transparência tem esse governo? Nenhuma! Nenhuma! A gente só pode ficar falando aqui, como os nobres deputados da Oposição, tentando bater na tecla. Mas volto a repetir, o “Covidão” está chegando. Vai chegar à Bahia e, aí, vai ser um salve-se quem puder.

Eu estava lembrando aqui agora... Ouvi a fala do deputado Eduardo Salles de fazer a doação das emendas. Caro deputado, primeiro, para doar emendas... Nós fizemos a doação da emenda, este ano, com relação à Covid, todos os deputados, à unanimidade. Aliás, a iniciativa foi da Bancada da Oposição. Para doar essa emenda agora, para a compra de vacina, primeiro o governo do estado tem que devolver os 100 milhões da HempCare, daquela Cristiana Prestes, que disse que o secretário Bruno Dauster queria fazer um aditivo de 25 mil para 37 mil dólares. Ela disse que o secretário Bruno Dauster queria estuprar o governo do estado, ela disse que pagou 12 milhões de

reais de comissão, de propina, ela disse que ficou estarecida ao receber 50 milhões de reais em menos de 48 horas. Esses esclarecimentos têm que ser dados, os 100 milhões terão que ser devolvidos. Não! Ninguém fala! Agora, a gente vai doar a nossa emenda para um governo que não presta conta? O governo recebeu, agora, mais de 2 bilhões de reais. Você não vê um site de transparência. Você não vê nada colocado.

Aliás, Sr. Presidente, peço que retire meu nome dessa Comissão da Covid. Porque de comissão que está no papel e que não está para resolver estou fora! Não coloque meu nome nisso! Por gentileza, peça ao líder da Oposição, Sandro Régis, que retire meu nome. Uma comissão que foi publicada no Diário Oficial, que não tem função nenhuma. Se tivesse função, teria já documentação na mão, já teria se reunido e até agora não fez nada. É mais para dar uma satisfação à população. Não conte comigo para botar meu nome nesse tipo de comissão.

Então, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu acho que primeiro cabem esclarecimentos a esta Casa. Até agora, o governo do estado não dá. Sabe por que não dá? Porque não tem o que falar. Vai acusar quem? Vai acusar o Bruno Dauster, peça chave do governo? A coluna, a espinha dorsal do governo, no caso dos respiradores? Vai ter que indicar alguém. Vai ter que botar o dedo e dizer quem foi que errou. Mas não, é o silêncio! Deixa virar o ano, ver se cai no esquecimento. Aí vem de novo a Viviane Chicourel, outro escândalo na saúde. Presa! Polícia Federal!

Atenção, Governo do Estado da Bahia! Está na hora de dar satisfação. Está na hora de prestar esclarecimentos. Está na hora de falar a verdade. Eu enquanto deputado, eu prefiro ouvir a verdade do governo a estar lendo amanhã a notícia: “Polícia Federal na Bahia, sicrano, fulano, beltrano.” Aí o motivo de vergonha, mais uma vez, para o nosso estado.

E isso, efetivamente, não condiz com o nome, com a grandeza do estado da Bahia. Pelo contrário, nesses últimos 16 anos, o PT acabou com o nome da Bahia! Acabou! A Bahia, da época que era governada por gente que sabia o que era governar, era o nome que despontava no cenário nacional. Hoje a Bahia, coitada, é motivo de chacota. Sai escândalo de corrupção, toda hora você vê manchete, manchete, mas eu tenho certeza de que esse tempo está acabando.

Meu caro amigo Carlos Geilson, quando você fala de perseguição dos nomes, eu quero trazer um exemplo claro aqui, para você ver o que é a Oposição, não é? O que é esse governo do PT? O que eles pensam? Eu era presidente da Câmara e tentaram mudar o nome da Avenida Adhemar de Barros. Queriam colocar até o nome Professor Milton Santos, um grande baiano, não é? Um nome que engrandece o nosso estado e o Brasil, mas não é correto você mudar o nome das pessoas. Já foi dada, já foi feita a homenagem. Mesmo sendo um grande nome o do professor Milton Santos, eu não permiti que isso acontecesse na Câmara Municipal de Salvador, um projeto apresentado por um vereador do PT, que nós barramos, nós matamos na origem.

Mas esse governo, não. Esse governo, que muda nome de escola, deveria dar satisfação. Cadê os 70, 80 milhões de reais do Colégio Odorico Tavares? Esse dinheiro foi para onde? Porque a conversa, aquele conto da carochinha que foi para a

Assembleia Legislativa, é que iriam construir tantas escolas, 20 escolas. Cadê as escolas? Alguém viu alguma inauguração? Alguém viu alguma ordem de serviço? Cadê esse dinheiro? Está onde? Está alocado em que rubrica? Foi para qual local? Foi para qual destinação? Nada! Só faz vender e essa Casa é a Casa do amém, não diz nada, ninguém se posiciona.

Tem que ser firme com esse governo. Esse governo precisa dar resposta, precisa dar satisfação a esta Casa e à população da Bahia, mas isso ele não faz. O que faz é uma boa propaganda, propaganda tamanho “g”, como se aqui fosse a Disneylândia, a “Bahiolândia”. Aqui tudo é uma maravilha. Pelo contrário, aqui é motivo de vergonha, hoje, para o nosso estado. No cenário nacional, todas as notícias que saem são notícias negativas, notícias, às vezes, até pejorativas que nos envergonham enquanto baianos, principalmente enquanto deputado estadual.

Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, precisamos sim dar vez e voz à Assembleia Legislativa, que não tem. A gente precisa estar aqui cobrando explicação desses secretários que sequer dão satisfação a esta Casa. Essas comissões, que geram despesa para Assembleia e que sequer funcionam. Precisamos fazer esse posicionamento claro de embate, de embate de posicionamento. Custa ao secretário vir a esta Casa prestar algum esclarecimento? Dizer o que precisa ser feito? Não, se sabe sempre pela imprensa. E o que falar depois de nós?

Então, Sr.^{as} Srs. Deputados, era esse o meu posicionamento. Quero dizer que, enquanto baiano e enquanto deputado... dizer que aqui na região, no Sudoeste, o comentário é este: o que vai ser feito com o Parque de Exposições? Ninguém acredita nesses 10 hectares, até porque eu não vi que ninguém daqui da região foi ouvido. Se não foi ouvido daqui, quanto mais lá do Oeste, da região de Juazeiro, tanta gente importante, que contribui e que precisa desse equipamento tão importante para o nosso estado.

E como colocou o deputado Eduardo Salles: Paris tem, Berlim tem, as principais capitais do mundo têm, mas aqui o governo do PT, não. Aqui tira, aqui poda pela raiz para não ter. Por quê? Por que é empresário? Por que gera emprego? Por que gera renda? Por que corresponde a 25% do PIB do nosso estado? Oh, governador, abre a cabeça! Vamos entrar em 2021 diferente! Vamos valorizar esse setor! Vamos respeitar esse setor! Graças a esse setor que o seu governo ainda está de pé, senão você já tinha fechado as portas.

Então, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é com esse posicionamento que eu quero aqui encerrar a minha fala e dizer, líder Sandro Régis, que irei seguir o seu posicionamento. Acho que devemos votar, porque o PPA fica para o próximo governo, mas já sabendo que nada vai ser cumprido. Está no papel, mas, na prática, nada será cumprido.

Obrigado a todos, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão. Em votação no âmbito das comissões, mas como o deputado Sandro Régis já pediu uma lembrando que as comissões envolvidas são: CCJ, Saúde, Infraestrutura e Finanças.

Então, vamos começar pela CCJ. Abra o microfone de todo mundo. Está aberto o microfone de todo mundo.

Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, um.

Paulo Câmara, Alan Sanches, Antônio Henrique ...

O Sr. Antônio Henrique Jr.: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, dois.

Ivana Bastos.

A Sr.^a Ivana Bastos: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, três.

Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, quatro.

Samuel Junior, Vitor Bonfim...

O Sr. Vitor Bonfim: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, cinco. Há quórum na CCJ.

Comissão de Saúde e Saneamento.

Alan Castro.

O Sr. Alan Castro: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, um.

Alan Sanches, Alex da Piatã...

O Sr. Alex da Piatã: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, dois.

Eduardo Alencar, Eduardo Alencar, Fabíola Mansur, Jacó Lula da Silva...

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Jacó, presente, três.

Niltinho, deputado David Rios, deputado Jânio Natal, deputado Jurandy Oliveira...

O Sr. Jurandy Oliveira: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, quatro.

Marcelinho Veiga.

Vamos fazer de novo.

Alan Castro.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Maria del Carmen, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não é da comissão, não, deputada.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Da Infraestrutura, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Alan Castro.

O Sr. Alan Castro: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Alan Castro, presente, um. Alan Sanches (Pausa); Alex da Piatã, presente, dois. Eduardo Alencar (Pausa); Eduardo Alencar (Pausa); Fabíola Mansur (Pausa); Jacó, presente, três, deputado Jacó.

O Sr. Marquinho Viana: Fabíola está de licença-médica.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É, eu sei.

O Sr. Hilton Coelho: Registre a minha presença, Sr. Presidente, deputado Hilton.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É no âmbito das comissões, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: Ah, desculpe! Desculpe!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) Niltinho (Pausa); Jânio Natal (Pausa); Jurandy já está presente, quatro.

Lembrem que nós temos 15 minutos.

Vamos passar para a infraestrutura, depois, nós retornaremos à saúde, porque só tem quatro. Então, vamos para a infraestrutura.

Pedro Tavares (Pausa); Niltinho (Pausa); Alex Lima...

O Sr. Alex Lima: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eduardo Salles; Eduardo Salles...

O Sr. Eduardo Salles: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Jusmari Oliveira.

A Sr.^a Jusmari Oliveira: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Maria del Carmen.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Tiago Correia (Pausa); Zé Cocá (Pausa); Jânio Natal (Pausa); Laerte do Vando (Pausa); Robinson Almeida...

O Sr. Robinson Almeida: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, cinco. Há quórum.

O Sr. Fabrício Falcão: Fabrício Falcão, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Fabrício, é que V. Ex.^a não é da comissão.

O Sr. Fabrício Falcão: Ah! Desculpe! Desculpe!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já está aqui registrada a presença de V. Ex.^a.

Finanças e Orçamento: Robinho (Pausa); deputado Robinho (Pausa); deputado Luciano Simões Filho (Pausa); deputado Bobô (Pausa).

O Sr. Adolfo Menezes: Presidente, está marcada a minha presença aí, Nelson?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É da comissão; é comissão ainda, Adolfo.

O Sr. Adolfo Menezes: Eu sei. Eu percebi...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) na geral está, Adolfo está, Adolfo está marcado.

O Sr. Adolfo Menezes: O.k.!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vamos aqui.

O Sr. Adolfo Menezes: Fazendeiro, Marquinho, hein? Colega de Sandro, criador de Nelore, hein?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Alex , um...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Bobô (Pausa); Diego Coronel (Pausa).

Bobô, deputado Bobô, o som, som para o deputado Bobô.

A Sr.^a Olívia Santana: Presente, presidente, Olívia Santana. Estou aqui, viu?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a não é da comissão, não.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Eu estou presente também, deputado Nelson Pellegrino, Nelson Santana...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Olha, gente, é da comissão.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: O.k.!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputados, deputados, é da comissão ainda, deputados.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pedro Tavares (Pausa); deputado Niltinho... Desculpe, deputado Robinho (Pausa); deputado Luciano Simões (Pausa); Deputado Bobô.

O Sr. Bobô: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, um.

Deputado Diego Coronel (Pausa); deputado Tiago Correia (Pausa); deputado Vitor Bonfim (Pausa)... deputado Vitor Bonfim... cadê? Deputado Vitor Bonfim (Pausa); deputado Zé Cocá ... Deputado Zé Cocá (Pausa); deputado Zé Raimundo...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Zé Raimundo presente, Sr. Presidente. Tiago Correia foi relator aí, me parece, não é?

O Sr. Sandro Régis: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É, mas ele pode responder ou não. Deputado Vitor Bonfim...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Voto em separado? Voto em separado?

O Sr. Vitor Bonfim: Vitor Bonfim presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Vitor Bonfim: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Jacó... deputado Jacó...

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, quatro; deputado Jânio Natal... deputado Jânio Natal (Pausa); deputado Marcelinho Veiga (Pausa)

Presença de quatro Srs. Deputados.

Vou fazer de novo a chamada dos ausentes: deputado Robinho... deputado Robinho (Pausa); deputado Diego Coronel (Pausa); deputado Tiago Correia (Pausa); deputado Zé Cocá...

Parlamentar não identificado: Presidente, presente, viu?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a não está aqui não, deputado, nesta Comissão. Deputado, V. Ex.^a não é da Comissão de Finanças; deputado Jânio Natal (Pausa); Deputado Marcelinho Veiga (Pausa).

Presença de quatro Srs. Deputados. Vamos voltar lá...

O Sr. Roberto Carlos: Estou presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Roberto, é que V. Ex.^a ... É na Comissão, deputado Roberto, daqui a pouco vai estar no Plenário.

Não há mais...Em votação...

O Sr. Roberto Carlos: Eu sou da Comissão de Educação, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, mas é... são as Comissões de Constituição e Justiça; Saúde e Saneamento; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Só tem essas Comissões. A de Educação não está, não.

O Sr. Roberto Carlos: Está bom, meu presidente. Beleza!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Certo, meu amigo.

Então, está faltando quórum também na Comissão de...

O Sr. Sandro Régis: De Saúde.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) de Saúde. Vamos lá: Alan Castro...

Alan Castro...

O Sr. Alan Castro: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Alan Castro, presente, um; Alan Sanches (Pausa); Alex da Piatã...

O Sr. Alex da Piatã: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, dois; Alex... Eduardo Alencar... Eduardo Alencar (Pausa); Fabíola Mansur (Pausa); Jacó Lula da Silva...

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, presidente, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, três; José de Arimateia (Pausa); Niltinho...

O Sr. Niltinho: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, quatro; David Rios (Pausa); Jânio Natal (Pausa); Jurandy Oliveira...

O Sr. Jurandy Oliveira: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente. Deu quórum na Comissão de Saúde. Agora vamos voltar para a Comissão de Finanças e Orçamento.

Agora vamos voltar para a Comissão de Finanças e Orçamento.

Robinho... Robinho, Luciano Simões Filho, Bobô...

O Sr. Bobô: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, um.

(...) Diego Coronel...

O Sr. Diego Coronel: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, dois.

(...) Vitor Bonfim... Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Zé Raimundo presente.

Zé Cocá não foi o relator, presidente?

O Sr. Vitor Bonfim: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vitor Bonfim presente. Presente, quatro.

(...) Jacó... Jacó...

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Desliguem aí esses microfones.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade o Projeto de Lei nº 23.994/2020. (Parecer relatado pelo Deputado Vitor Bonfim na 34ª Sessão Extraordinária do dia 23/12/2020, com pedido de vista dos Deputados Alan Sanches e Tiago Correia.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agora iremos para o Plenário.

Em discussão.

Não tem nenhuma inscrição para a discussão.

Em votação.

Cadê o deputado Sandro Régis para encaminhar? Deputado Sandro Régis, como é que V. Ex.^a orienta a bancada?

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, o deputado Alan está pedindo pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan? Perdoe-me, deputado, eu não o vi.

Pela ordem, com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, tem duas coisas.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: A primeira, é se há inscrição da Oposição. É preciso o deputado Sandro Régis confirmar se há.

O Sr. Sandro Régis: Não.

O Sr. Alan Sanches: Não há. Pronto.

Segundo, o nobre colega deputado Zé Raimundo, um estudioso, presidente da CCJ, por mais de uma vez questiona que não sei quem foi o relator. A gente está analisando o parecer daquele relator, mas esse relator não precisa estar presente. Uma coisa não tem nada a ver com outra. O que é preciso, sim, é a presença de quem pede a verificação; a do relator, não.

Os deputados e deputadas têm de decidir sobre o parecer do relator, mas não é necessária a presença física do relator. É só para que isso fique claro – já que eu o ouvi fazer esse questionamento –, para que não aconteça em outras sessões. A votação do parecer não tem de contar, necessariamente, com presença do relator. É só para que isso fique bem claro. A presença do relator não é considerada se ele estiver ausente. Isso não tem nem cabimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, já reivindiquei minha inscrição.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O SR. HILTON COELHO: Quanto tempo eu tenho para falar?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a tem 20 minutos, deputado.

O SR. HILTON COELHO: O.k.

Bom dia a todas as deputadas, a todos os deputados.

Acho muito importante que a gente se pronuncie em relação à aprovação ou não desse PL de revisão do PPA, porque, como já foi dito aqui, é o PPA que define o que foi apenas uma sinalização eleitoral e o que efetivamente vai ser feito pelo governo.

O PPA é o roteiro de realizações do governo, é o seu programa real; não é o que foi dito. E a revisão, por mais que seja pontual, é sempre uma revisão, nesse sentido, significativa.

Acredito, Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, que essa revisão do PPA rebaixa ainda mais um plano que já nasceu rebaixado. O nosso mandato tem afirmado a importância da discussão orçamentária. V. Ex.^a, Sr. Presidente, deve se recordar de que nós fizemos a defesa de um conjunto de emendas ao PPA, portanto, às metas gerais que o governo deveria ter lá na discussão inicial, na aprovação inicial do PPA, mas fomos derrotados.

Nesse conjunto de emendas, apontávamos metas nas mais diversas áreas, principalmente do ponto de vista da questão do trabalho no nosso estado; das possibilidades de dinamização econômica a partir do reforço às regiões; da questão educacional. Também apresentamos diversas metas na área de saúde; na proteção animal. Enfim, fizemos uma proposição ampla de emendas, o que nos rendeu uma situação em que mais de 60%, ou melhor, quase 60% de todas as emendas apresentadas pela Casa tiveram origem no nosso mandato. Repito, quase 60% tiveram origem num único mandato.

Não quero aqui fazer uma autoproclamação da qualidade do nosso mandato, não é disso que se trata. Só quero afirmar a prioridade que nós procuramos dar a essa discussão sobre a questão orçamentária. E a revisão...

(Interferência na conexão.)

Sr. Presidente, eu pediria que desligassem os microfones dos demais deputados, porque estamos ouvindo aqui. E assim temos dificuldade de nos concentrar na fala.

Bom, nessa revisão, infelizmente, o que acontece é o rebaixamento em relação a um PPA que, a nosso ver, já nasceu rebaixado em áreas fundamentais e muito sensíveis do ponto de vista da intervenção da máquina pública numa perspectiva popular.

Essa revisão traz três dimensões. A meu ver, tem uma parte de revisão técnica real, e é importante que seja feita uma espécie de atualização. Existe o aumento dos recursos no campo da infraestrutura... dos recursos, não, perdão, das metas. Essas metas vão ser avolumadas, vão ser acrescidas na dimensão da infraestrutura. Mas há uma redução significativa de metas que, como eu disse, são muito sensíveis ao interesse público no campo das metas de políticas públicas referentes a um conjunto de programas.

Programas nas áreas de educação, da assistência social, da igualdade social, dos povos e comunidades tradicionais, do meio ambiente e sustentabilidade e de políticas para as mulheres.

Vou dar alguns exemplos aqui, mas eu quero que isso tenha apenas um sentido mais didático, para que as pessoas entendam qual a dimensão dessas adições que o governo está propondo nas metas do PPA.

É importante esclarecer ao grande público o que é esse sentido de meta. Ele não tem uma perspectiva, digamos, numérico-financeira, ele é apenas o estabelecimento de

metas do ponto de vista das ações do governo de maneira mais genérica. Mas, obviamente, quando ele aumenta essas metas ou as reduz, significa que lá na ponta, nas diversas leis orçamentárias anuais, essas leis vão diminuir os recursos para essas áreas.

E quais áreas são essas, Sr. Presidente? A primeira que nós daríamos como exemplo, é a meta de ampliação do acesso ao ensino superior pelos estudantes da rede pública. Aqui, nitidamente influenciado pelo Plano Estadual de Educação, o PPA, que é o plano geral do governo, tinha estabelecido uma meta de crescimento de 66% da entrada de estudantes da rede pública nas universidades, certo?

Então nós temos um nível de entrada dos estudantes da rede pública nas universidades, e essa meta tirada pelo governo era de que, ao longo de 4 anos, esse percentual crescesse em 66%. Significa crescer um pouco mais da metade do que é a situação atual. É uma meta, a meu ver, rebaixada, dada a quantidade de estudantes da rede pública que consegue ingressar nas universidades, especialmente nas universidades públicas. Uma meta que não tem a perspectiva de dobrar, em 4 anos, essa entrada, para mim é uma meta rebaixada.

Mas o governo, nessa revisão, vai impor uma redução de quase sete vezes no volume dessa meta. Então, cai de 66% para 10%. É irrisório você pensar num nível maior de entrada! É como se eu dissesse que a cada dez estudantes que entram, hoje, na universidade...

(Interferência na conexão.)

Parlamentar não identificado: Sr. Presidente...

O Sr. HILTON COELHO: (...) numa perspectiva de tempo de 4 anos...

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Hilton, V. Ex.^a tornou a fechar o microfone. (Pausa) Abriu.

O Sr. HILTON COELHO: (...) ao longo destes 4 anos. Isso na área da educação.

Na área dos direitos humanos a gente também tem uma redução drástica. E sabemos que a Bahia tem muitos problemas nas diversas áreas dos direitos humanos. Desde a relação com a população negra, passando pela criança e adolescente; a questão do trabalho digno, tudo isso está relacionado às ações dos direitos humanos. Mas o governo baixou o número de metas de ações do PPA de 227 para 71 iniciativas.

Do ponto de vista do meio ambiente e sustentabilidade, olha a situação! A elaboração de instrumentos de gestão da educação ambiental do Estado cai de 200 ações do governo para duas ações. O governo praticamente extingue qualquer iniciativa do ponto de vista da educação ambiental, quando nós temos, na Bahia, uma situação em que a população precisa ter uma consciência cada vez maior, inclusive para enfrentar poderosos interesses como se apresentaram, lá, no município de Piatã, na Chapada Diamantina. Então, de 200, cai para duas. Você tem uma diminuição de cem vezes. Isso quase aniquila qualquer tipo de ação.

A meta da prevenção e do enfrentamento da violência contra as mulheres, também, tem uma queda drástica, pois sai de 90 unidades para 60 unidades. A meta de ampliação das caravanas para enfrentamento da violência contra as mulheres foi diminuída. E, aqui, eu quero frisar como o governo, neste estado, tem problemas gravíssimos de feminicídio e, ao mesmo tempo, faz cortes muito significativos. Do ponto de vista das caravanas, nós vamos ter a redução de 17 para nove caravanas.

O número de mulheres atendidas por meio das ações de prevenção da violência contra as mulheres, através da unidade móvel, vai cair de 300 para 170, ou seja, quase corta pela metade.

E a redução do programa de capacitação da população negra e povos tradicionais para o desenvolvimento socioeconômico e cultural sustentáveis cai para menos da metade, pois sai de 50%, a meta de ampliação, para 20%.

Então, esses são apenas, Sr. Presidente, alguns exemplos de como as políticas públicas, na área social, estão sendo muito sacrificadas nesta revisão do PPA.

Então, nós queremos dizer que este recurso, como disse inicialmente, a redução das metas significa a realocação dos recursos. Esse recurso, a meu ver, inequivocadamente, está indo para a área da infraestrutura, porque nós vemos a questão da análise dos anexos da proposta da revisão.

E a gente percebe, de maneira muito evidente, o aumento das metas nesse campo da infraestrutura. Nós não podemos deixar de associar a obras que, a nosso ver, pela população baiana, especialmente Salvador, da região do Recôncavo, são obras altamente questionáveis, como a Ponte Salvador-Itaparica.

Estão sendo retirados recursos da educação dos nossos estudantes. Estão sendo retirados recursos do combate da violência contra a mulher. Estão sendo retirados recursos do meio ambiente. Estão sendo retirados recursos da preparação de nosso povo para o desenvolvimento de uma economia que distribua renda e riqueza para investimento nessa ponte, num empreendimento que, a meu ver, vai fundear, ali, bilhões na Baía de Todos-os-Santos.

É uma obra que, de cara, vai custar de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões. E nós sabemos o que são essas grandes obras. Elas representam um investimento *in concreto* difícil de lidar. Eu não tenho conhecimento, Sr. Presidente, de uma obra que tenha começado com uma estimativa de gasto e que não tenha sofrido um conjunto de aditivos no seu transcorrer para que mais dinheiro entrasse para compra de concreto. Todas, repito, todas foram assim.

Eu vou dar um exemplo aqui. O metrô de Salvador começou com uma perspectiva, uma projeção de gasto inicial de cerca de R\$ 400 milhões; e terminou em mais de R\$ 2 bilhões. O metrô de Salvador! Ou seja, mais de cinco vezes. Esse é apenas um exemplo.

Todas as obras ligadas à construção civil, sempre, são assim. Elas começaram de maneira rebaixada, as licitações em geral. Mas, na área de construção civil, é sempre

uma situação mais gritante. E eu não tenho nenhuma dúvida de que essa Ponte Salvador-Itaparica levará a uma degradação ambiental horripilante.

A meu ver, a Ilha de Itaparica é uma região balneária que deveria ser tratada como um santuário pelo poder público. Essa área será, duramente, atacada e poderá se transformar em um novo bairro de espigões, região de espigões do município de Salvador, degradando completamente a situação sem qualquer iniciativa real e efetiva de estudo e de iniciativas relacionadas a impacto de vizinhança. Essa é uma obra que está aí, realmente, para atropelar tudo e sendo feita a esse custo social.

Por isso, Sr. Presidente, acho que deve haver, sim, uma pressão da sociedade através das diversas organizações no campo da educação, da assistência social, da luta ambiental, do movimento negro. Todos precisam se posicionar em relação a essa alteração. É preciso haver, realmente, um processo de mobilização que faça com que o governo venha rever e mandar para esta Casa um outro projeto que nos tire dessa rota, qual seja, a rota de reafirmação de uma Bahia tão desigual.

Nós tivemos esse debate, aqui, há alguns dias, qual seja, como a Bahia permanece sendo este estado construído pelo carlismo. Este é um estado de muita riqueza, mas de um povo empobrecido, um estado que drena os seus recursos para fora. Praticamente, nada fica na nossa Bahia. E a gente vê isso se perpetuando nas diversas gestões.

Infelizmente, isso continua acontecendo nas gestões petistas. Isso pode, com a aprovação dessa revisão e a aprovação desse PPA, mais ainda com essa revisão, é mais uma afirmação, é uma reafirmação deste caminho, de uma Bahia marcada pela desigualdade, pela exclusão social, quando ela tem dados historicamente comprovados. E a história mostra um tempo passado, mas prevê um tempo presente também que, historicamente e sempre, marcaram o nosso estado.

Então, por isso, Sr. presidente, o nosso voto, os votos da unidade popular, do PSOL e do PCB serão contrários a este projeto.

Desta nossa fala, eu quero fazer uma conclamação à sociedade para uma postura rebelde em relação ao que possivelmente será aprovado por uma quase unanimidade. Como eu disse, quem vai quebrar a unanimidade em relação à aprovação deste projeto, me parece, vai ser o voto da frente de esquerda, mais um chamamento de rebeldia da sociedade em relação a esta possível aprovação na manhã de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu lhe agradeço, deputado Hilton.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para fazer uso da palavra, o deputado Zé Cocá. Deputado Zé Cocá. (Pausa) Deputado Zé Cocá, antes de V. Ex.^a falar... (Pausa)
(Interferência na conexão.)

O Sr. ZÉ COCÁ: Boa tarde, meu presidente. Boa tarde a todos os deputados. Eu quero aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Zé Cocá, deputado Zé Cocá...

O Sr. ZÉ COCÁ: Boa tarde, meu presidente. Está ouvindo agora?

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estou ouvindo.

Mas, antes de passar a palavra para V. Ex.^a, eu queria dizer da nossa alegria e da nossa satisfação em tê-lo aqui na Assembleia da Bahia. V. Ex.^a fez um grande trabalho aqui nesta Casa, e isso nos orgulhou muito. Foi uma satisfação muito grande tê-lo como colega, não apenas aqui da Casa, mas também como colega de partido. Nós estamos muito orgulhosos da sua trajetória, da sua grande vitória na cidade de Jequié.

A Assembleia da Bahia vai perder um grande parlamentar. Nós vamos deixar de ter, ao nosso lado, um grande companheiro. Mas a cidade de Jequié foi agraciada com um homem público exemplar, extremamente competente, sério, que fará uma verdadeira evolução naquela cidade.

Eu tenho certeza absoluta de que V. Ex.^a marcará uma era. Nós vamos conhecer a cidade de Jequié antes e depois da sua administração. Tenho certeza absoluta de que aquela transformação extraordinária que foi promovida na cidade de Lafaiete Coutinho... E olha que não é fácil administrar uma cidade pequena com poucos recursos, mas que, sem sombra de dúvida, foi uma administração que serviu de exemplo para várias pessoas, para verem como os recursos públicos devem ser bem aplicados, como o gestor tem de fazer para que a população tenha, sem sombra de dúvidas, uma qualidade de vida melhor. Assim foi lá e, com certeza, também será lá em Jequié.

Deus lhe guie!

Que você possa sair desta Casa com a certeza do dever cumprido.

Mas lhe digo que nós estamos saudosos. Temos certeza absoluta de que a Assembleia da Bahia será um ponto de encontro e convergência. Não fique muito tempo sem vir aqui não, porque os nossos corações vão estar sempre saudosos. Por outro lado, todos nós estaremos torcendo, aqui, sempre, para o novo desafio a ser iniciado em 1º de janeiro, como extremamente exitoso.

Boa sorte, querido amigo!

Com a palavra o nobre futuro prefeito de Jequié, atual deputado Zé Cocá.

O Sr. ZÉ COCÁ: Boa tarde, meu presidente. Boa tarde, deputados.

A fala de V. Ex.^a me deixou altamente entusiasmado. Fico aqui emocionado, meu presidente.

Quero agradecer ao senhor e a todos os deputados, todos, sem exceção de nenhum. Nesta Casa, eu tive o prazer de construir vários amigos. Eu saio desta Casa muito maior do que eu entrei. A passagem por esta Casa foi uma das grandes experiências de vida que eu tive. É um prazer conhecê-los. Eu tenho o orgulho e a

honra de dizer que onde fiz minha parte, fiz parte nas comissões, fiz parte no Plenário debatendo os projetos. E quero agradecer a V. Ex.^a, do fundo do coração, pelo apoio de V. Ex.^a e de todos os deputados. Agradeço o apoio e a amizade.

Um dia, um amigo me disse que tem deputados que entraram e saíram sem fazer muito. O deputado Targino me disse isso: “Zé Cocá, em menos de 2 anos, você já sai da Casa com o seu nome marcado na história.” Eu agradeço por isso.

Eu quero agradecer a todo o povo da Bahia.

Foram quase 60 mil pessoas que depositaram um voto de confiança em mim. Agora, volto para Jequié com a sensação de dever cumprido nesta Casa, na Bahia, trabalhando pela minha região. Agora, neste momento, em especial, por Jequié, para a gente fazer, Nelson, não só de Jequié uma cidade forte, fazer uma região forte. Fazer de Jequié uma cidade que tenha condição de ter um governo transparente, um governo sério, um governo que cuida das pessoas que mais precisam.

Aproveito o momento para, de novo, agradecer, Nelson, a toda a equipe do nosso gabinete, pois foi uma equipe que me ajudou de manhã, de tarde e de noite, uma equipe com vontade, com coragem, uma equipe que acorda procurando trabalhar. Agradeço a vocês do fundo do meu coração.

Agradeço, imensamente, ao povo da Bahia.

Agradeço a cada deputado estadual pela amizade e o carinho.

E dizer que contem com a gente.

Que 2021, Nelson, em nome de Jesus Cristo, seja um ano de muitas realizações.

Que Deus abençoe Jequié!

Muito obrigado, meu presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Amigo velho, que Deus esteja sempre ao seu lado. Satisfação enorme. Todos aqui lhe abraçam e lhe desejam toda sorte do mundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Alan Sanches, para encaminhar.

O Sr. Alan Sanches: Não, Sr. Presidente. É após o encaminhamento de Sandro. Meu líder tem que falar primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.!

Encerrada a discussão.

Antes de colocar em votação, eu vou pedir que o deputado Sandro Régis encaminhe o voto à Bancada da Minoria.

Logo após, teremos as falas do líder do DEM, deputado Alan Sanches, e, depois, do deputado Rosemberg Pinto.

Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, primeiro, eu quero, aqui, desejar a meu amigo Zé Cocá muita sorte. Ele não terá uma tarefa fácil em arrumar Jequié. Há uma expectativa muito grande em toda a nossa região, pois todos os olhos estarão voltados para a administração de Zé. Até porque ele fez uma grande transformação em Lafaiete Coutinho. O nosso partido Democratas o apoiou, lá, em primeira hora, sendo liderado pelo deputado federal Leur Lomanto Junior.

Quero, aqui, Zé, lhe desejar muita sorte. Você é um homem muito cristão, é um homem muito crente em Deus. Que Deus te ilumine, te proteja e que, realmente, possa te ajudar a tomar as decisões que tanto o povo de Jequié anseia e Jequié precisa.

Quero, aqui, dizer, Sr. Presidente, que nós iremos votar da mesma forma que nós votamos na comissão.

Encaminhar o voto favoravelmente, mas registrando que sabemos ou temos a convicção de que o governo não tratará deste assunto da mesma forma como vem tratando ao longo dos anos, muito mais para uma peça científica, para uma peça de ficção, muito mais para a propaganda do que para a realidade.

Mas como votamos no PPA em 2019, iremos votar novamente. Depois de nossa bancada, especificamente Tiago e Alan estudarem, emitirem sugestões, emitirmos nossas opiniões e nossa crença sobre este governo, e esse PPA ainda ficará para o próximo ano. Então, nós iremos votar favoravelmente, quer dizer, sugerir à minha bancada votar favoravelmente.

E aproveitando, Sr. Presidente, eu gostaria de saber de V. Ex^a. qual o requerimento de urgência a ser votado e quais serão os ritos agora das sessões da Assembleia, já que estamos acabando o ano e quero desejar a todos os amigos, a todos os parlamentares um feliz 2021 com muita saúde, paz e que, com certeza, esse 2021 seja muito melhor que o nosso 2020.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vamos votar o Requerimento de Urgência nº 9.696/2020. Eu já convoquei uma sessão extraordinária para iniciar...

O Sr. Sandro Régis: Que trata sobre o quê? Trata sobre o quê?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É o Projeto de Lei nº 24.042, de autoria do poder Executivo, que altera a Lei nº 11.631 de 30 de dezembro de 2009 e dá outras providências. Enquanto o deputado Alan pega, eu vou pegar o corpo do projeto e ler para V. Ex.^a.

Com a palavra o deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, na verdade, o nosso líder Sandro Régis já foi bem claro porque é, mais uma vez, uma enganação, uma peça de ficção do governo do estado. Vou acompanhar o líder Sandro Régis na votação. E queria fazer também um parêntese aqui com relação aos pronunciamentos do deputado Hilton Coelho. Ele tem que desapegar de ACM, o senador Antônio Carlos Magalhães, que já faleceu há muitos anos, e ele continua querendo botar qualquer coisa que esteja acontecendo na Bahia na conta do carlismo. São 14 anos, deputado Hilton, são 14 anos de governo do PT. V.

Ex.^a agora tem que questionar o governo do PT, tem que desapegar, desapegue mais uma vez de todos nós.

E eu quero desejar a todos os meus amigos, deputados e deputadas, um Ano Novo com muito mais tranquilidade, que essa vacina chegue logo para que a gente possa voltar o mais breve possível às nossas rotinas, inclusive aqui na Assembleia. Então, desejo a cada um de vocês, independente de coloração partidária, fala aqui o amigo agora Alan Sanches, quero dar um grande abraço virtual em vocês desejando muitas felicidades a cada um dos 62 aqui presentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agradeço-lhe.

Deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, respondendo ao deputado Sandro, o Projeto nº 24.042/2020 é o projeto de atualização das taxas. Todo ano nós fazemos a atualização das taxas por conta do processo inflacionário. Esse é um projeto que foi dado entrada na Casa e nós estamos com ele para ser votado.

Eu encaminho a votação do PPA, e não seria diferente, pela sua aprovação, pelo que nós defendemos, mas eu queria sugerir ao deputado Sandro que se aprovado esse requerimento de urgência, nós teríamos uma sessão quarta-feira. E eu queria ponderar ao deputado Sandro e lógico também ao presidente se houver acordo com relação a prazo, não estou pedindo aqui quórum, eu não estou pedindo nada, só prazo. Nós votaríamos, poderíamos votar o orçamento e a LDO também no dia 30, porque o 2º turno da LDO são dois dias e meio, terminaria na quarta-feira ao meio dia, isso entraria para a sessão do dia 31.

E se V. Ex.^a e o deputado Sandro e os deputados da sua base e da nossa base também concordarem, nós poderíamos abrir mão dos prazos e votarmos na quarta-feira. E se isso não acontecer, nós poderemos ir para o mês de janeiro, eu acho que talvez não houvesse necessidade de convocarmos uma sessão para votar no dia 4 de janeiro. Mas é lógico, só poderemos fazer isso com a abertura, a dispensa da formalidade de prazo. Aí nós poderíamos votar todos os projetos no próximo dia 30 e encerraríamos o ano legislativo no dia 30.

Então, presidente, estou fazendo essas ponderações a V. Ex.^a e também ao deputado Sandro, em nome dos deputados da Bancada da Oposição, com os líderes da Bancada do Governo. Eu havia conversado na semana retrasada no sentido de propor o encerramento do ano letivo, do ano legislativo, desculpe, no dia 30.

Então, está feita a proposição, nós abriríamos mão apenas de prazo. E obviamente ficariam também os deputados da Base da Minoria, no que diz respeito tanto ao projeto de atualização das taxas e do orçamento, à vontade. Gostaria muito que nós votássemos também todos favoráveis, mas se isso não acontecer, abriríamos mão apenas – certo? – do prazo.

Então, nesse sentido, eu encaminho pela aprovação do PPA.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, eu estou aqui para fazer o que os deputados, obviamente, acordarem. Só fazendo uma pequena ressalva na fala de V. Ex.^a, tanto o projeto que nós estamos votando agora quanto a LDO, só estarão aptos a ser votados no dia 31.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas eu falei isso.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a falou dia 30, é 31.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu falei dia 31, se tivesse a urgência...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, V. Ex.^a falou dia 30, deputado. São...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não. Eu falei que nós só poderíamos votar dia 31.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O prazo...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Dia 31. Estamos falando a mesma coisa. Se houver...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, eu só estou falando, dia 31, se V. Ex.^a... O prazo, se não houver acordo, só é dia 4 porque dia 31 não tem expediente na Casa. A gente teria que encaminhar para fazer um acordo. Nós temos aí algumas matérias que são importantes para votar. Eu inclusive não queria nem entrar nessa discussão, porque era interessante, deputado Sandro, deputado Rosemberg, nós presencialmente, se todos estiverem aqui em Salvador, ou, senão, pelo Zoom, para nós fazermos uma reunião para tratarmos justamente desses projetos que aí estão.

Tem um projeto agora que é esse das taxas, tem ainda o segundo turno da LDO, tem o Orçamento, tem o Fundo, que está chegando hoje. Têm alguns projetos que são importantes e eu queria ver se poderíamos conversar hoje à tarde, para tentarmos chegar a um entendimento.

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem do deputado Tiago Correia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas podia concluir...

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado Tiago...

O Sr. Tiago Correia: Só concluindo e até reforçando o que trouxe o deputado Rosemberg, líder da Maioria, no Projeto de Lei nº 24.042, que é esse de atualização das taxas, eu queria até recomendar ao líder Sandro Régis a se dispor a conversar com o líder Rosemberg, é claro, para tentar construir um entendimento.

A Minoria nunca se furtou da construção dos acordos, inclusive, no art. 2º dessa lei, traz as alterações no anexo primeiro da Lei nº 11.631/2009, existe aqui um regramento que estabelecem quais seriam essas taxas cobradas. Inclusive, na votação, no ano anterior, nós discutimos alguns segmentos produtivos que ficaram juntos com outros de diferentes nichos de mercados, se a gente pode assim dizer, principalmente os nichos que vendem fertilizantes, adubos, defensivos agrícolas, enfim, ficaram com

a mesma tarifa aplicada aos revendedores de armas, munições, e materiais e equipamentos de balística, artigos pirotécnicos, enfim, explosivos.

E acreditamos que essa taxa penalizou muito o setor. À época, a gente debateu e pediu. Eu queria recomendar ao líder Sandro Régis que promova essa conversa hoje à tarde com o líder Rosemberg, para ver de que maneira podemos adequar esse projeto de lei, e tentar um entendimento sobre a votação das matérias que estão pendentes, para que, se construído um acordo, possamos concluir os trabalhos legislativos ainda no ano de 2020. É isso o que eu quero dizer.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ótimo, deputado. Gostei da fala de V. Ex.^a.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado o Projeto de Lei nº 23.994/2020 com o voto de todos os deputados, com exceção... todos, não. Deputado Prisco pede para registrar o voto contrário. É isso, deputado Prisco? Deputado Prisco pede para registrar o voto contrário.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 23.994/2020

Dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual 2020-2023, instituído pela Lei nº 14.172, de 06 de novembro de 2019, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2020-2023, conforme previsto no art. 8º da Lei nº 14.172, de 06 de novembro de 2019.

Parágrafo único - A Revisão do Plano Plurianual 2020-2023 decorre de ajustes necessários face a mudanças observadas nos cenários social, econômico e político do Estado e da necessidade de aprimoramento de componentes e atributos identificada após a conclusão do processo de elaboração do Plano.

Art. 2º - Considerando que a estrutura programática do PPA é composta pelos componentes Programa, Indicador, Compromisso, Meta e Iniciativa, constitui-se escopo de Revisão:

- I - as alterações de atributos de componentes;
- II - as inclusões de componentes;
- III - as descontinuações de componentes.

Art. 3º - Fica o Plano Plurianual 2020-2023 alterado para o exercício 2021, nos seus componentes e atributos, conforme detalhado no Anexo I - Relatório Demonstrativo da Revisão, que integra esta Lei.

Art. 4º - O art. 5º da Lei nº 14.172, de 06 de novembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º -

§ 1º - Para os fins desta Lei, conceitua-se:

I - Compromisso: componente do PPA associado ao Programa Temático que descreve um objetivo setorial a ser cumprido por meio da entrega de bens ou serviços;

II - Meta: componente do PPA associado ao Compromisso que expressa a medida do alcance do Compromisso, devendo ser territorializada e, quando pertinente, associada à proposta da Escuta Social;

III - Iniciativa: componente do PPA associado ao Compromisso que expressa as Ações de Governo.

§ 2º - As ações orçamentárias serão elaboradas considerando as iniciativas, e garantindo a compatibilização entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.”

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 2021.

Deputado Vitor Bonfim

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu já convoquei uma sessão para iniciar 1 minuto após o término desta para nós votarmos o Requerimento de Urgência nº 9.696/2020.

Como não tem nenhuma matéria...

Fica prejudicado o requerimento para a convocação do Projeto de Lei nº 23.994/2020, porque nós acabamos de aprová-lo.

Está encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.